

Revista Appai

EDUCAR DIGITAL

Informação ao Profissional de Educação

IA, SIM. CELULAR, NÃO: o desafio de integrar tecnologia com foco pedagógico



Seis meses após a restrição do uso de celulares em sala de aula, escolas avaliam os impactos da medida e discutem caminhos para um uso mais consciente e pedagógico das tecnologias

SUMÁRIO

- 3** **LÍNGUA PORTUGUESA**
ROLA CRASE ANTES DE NÚMERO
- 5** **OPINIÃO**
A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA NA ESCOLA
- 9** **OPINIÃO**
DIA MUNDIAL DO TDAH
- 11** **MATÉRIA DE CAPA**
IA, SIM. CELULAR, NÃO: O DESAFIO DE INTEGRAR
TECNOLOGIA COM FOCO PEDAGÓGICO
- 43** **EDUCAÇÃO INFANTIL**
SALVE A NOSSA BANDEIRA, RESPEITE O NOSSO
PAVILHÃO
- 49** **EDUCAÇÃO INFANTIL**
PERTENCER É O PRIMEIRO PASSO
- 55** **INCLUSÃO**
QUANDO A INCLUSÃO FAZ PARTE DAS HISTÓRIAS
- 61** **INTERDISCIPLINARIDADE**
PAZ SE APRENDE?
- 65** **CONEXÃO EDUCAR**
FILMES E SÉRIES COMO ESTRATÉGIA EDUCATIVA
- 69** **SAÚDE E BEM-ESTAR**
CIRCUITO LONGEVIDADE APPAI
- 78** **COLUNA SOCIOAMBIENTAL**
ENTRE TAPAS E BEIJOS

**EXPE
DIEN
TE**

Conselho Editorial
Julio Cesar da Costa
Ednaldo Carvalho Silva

Jornalista Editora
Antônia Lúcia Figueiredo
(M.T. RJ 22685JP)

Assistente de Editorial
Jéssica Almeida

Designer
Yasmin Gundim

Revisão
Sandro Gomes

Colaboração
Luiz André Ferreira

**Professores, enviem seus projetos para a
redação da Revista Appai Educar:**

End.: Rua Senador Dantas, 117/229
2º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ.
CEP: 20031-911

E-mail: jornaleducar@appai.org.br
redacao@appai.org.br

www.appai.org.br

ROLA CRASE ANTES DE NÚMERO?

LÍNGUA PORTUGUESA • POR SANDRO GOMES*



O uso da crase antes de numerais, sejam ordinais, cardinais, datas ou horas, é uma das questões que mais suscitam dúvidas em quem estuda ou escreve. Como é comum em nosso idioma, também aqui estão presentes as famosas “exceções”, que, além de confirmarem a regra, tornam um tanto complexo o assunto. Nada, porém, que uma boa lição de Língua Portuguesa não resolva. Vamos lá?

Crase antes de cardinais

Começemos com um exemplo.

*O acontecimento foi relatado **a** duas juízas diferentes.*

Nesse caso o *a* é uma preposição decorrente da regência do verbo “relatar” (relatar a alguém) e não há a presença do artigo *a*. Mas, se o complemento estiver determinado, aparecem o artigo *a* e o plural, e passa a ser necessário o uso da crase. Veja:

*O acontecimento foi relatado **às** (**a** [preposição] + **as** [artigo definido]) duas juízas presentes.*

Crase antes de ordinais

A mesma lógica vale antes de ordinais. Veja os exemplos.

*Vagas disponíveis para estudantes de 5^a **a** 8^a série.*

Não se emprega a crase nesse exemplo, mas se as séries estiverem determinadas...

*Os estudantes da 5^a **à** 8^a série da escola tiveram o melhor resultado.*

Obs.: Repare que, no segundo exemplo, há a presença do *da* (*de + a*) antes do numeral, o que revela a existência do artigo definido.

Crase antes de horas

A crase aparece antes de numerais que expressem horas. Acompanhe os exemplos.

***Às** sete horas o sino soou na igreja.
A transmissão teve início **às** 17 horas.*

Mas há casos em que não cabe a crase. Observe.

O padre esperou até as 7 horas.

Proibido o uso após as 22 horas.

O portal está liberado desde as 18 horas.

Funciona sempre entre as 8 e as 17 horas.

A estreia estava marcada para as 20 horas de domingo.

Nos exemplos acima o *a* é artigo já precedido de preposições (*até, após, desde, entre e para*), não havendo junção de sons.

Há ainda outra situação. Veja.

*O setor funciona **de** 13 **as** 17 horas.*

ou

*O setor funciona **das** 13 **às** 17 horas.*

Obs.: A fusão dos dois (*O setor funciona de 13 às 17 horas*) é inadequada.

Crase antes de datas

Esse é certamente o mais simples caso de crase precedendo numerais, apesar de serem encontrados erros, inclusive em publicações de empresas ou instituições de prestígio. Nunca se deve usar a crase entre datas. Observe:

*As inscrições estarão abertas de 21/07 **a** 30/8.*

Amigos, sobre o uso de crase antes de numerais é isso! Em breve retornamos com uma nova questão de língua portuguesa.



*Sandro Gomes é graduado em Língua Portuguesa, Literaturas brasileira, portuguesa e africana de língua portuguesa, redator e revisor da Revista Appai Educar, escritor e Mestre em Literatura Brasileira pela Uerj.

A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA NA ESCOLA

OPINIÃO ● *POR RITA DE CÁSSIA SANTOS ALMEIDA**

A leitura de um livro é uma arte e simultaneamente uma viagem, um apreender material para se permitir o encantamento, a apreciação. Quando essa é feita pela professora, na sala de aula, na biblioteca ou em um ambiente específico, leva toda criança ao delírio, à motivação intensa em relação à imaginação, às expectativas, à busca do novo, às descobertas, às soluções dos problemas e a outras habilidades que muitas vezes o leitor nem sequer considerou para aquele momento da atividade. Mas, para que isso aconteça, o mediador precisa se preparar, estudar a obra, divagar pelas palavras, permitir-se também expectador para sentir os medos, desejos e os amores contidos no toar das palavras.

Uma criança motivada pela plasticidade, fantasia pelos anseios, é capaz de compreender muito mais um enredo, e se a história for mediada pela expressividade, pela emoção, aquela chegará prazerosamente à compreensão da arte. Mas como entender tal processo?

As crianças passam por um procedimento de internalização do conhecimento a partir de suas audições, observações, ações e vivências ocorridas na relação com o meio e com o outro, e a partir disso experimentam algo inovador, elaboram suas sensações, sentimentos e percepções que resultam em desenvolvimento expressivo, emocional. Depois poderão representar tudo o que se passou em sua mente, através dos registros e desenhos que elaborarem sobre tal tema. Isso vai se transformando a cada vivência, a cada olhar, pensamento, colocação,

aprendizado, pois elas vão internalizando as novas informações; (re)construindo-se a cada momento, uma vez que vivem intensa e criativamente suas relações com as palavras e seus sentidos, e as emoções.

As obras infantis carregam material de extremo poder para o desenvolvimento moral, emocional, atitudinal e contribuem com a constituição da criança, principalmente por meio das expressões, como por exemplo as interjeições – que são riquíssimas nesses materiais –, as metáforas, os jogos de palavras, a organização dos termos para representar o pensamento do autor e na forma de o ilustrador revelar as pessoas, os fatos e toda a dinâmica de uma história.

Toda ilustração em qualquer tipo de texto, seja informativo ou literário, é sempre um complemento para o leitor, pois enriquece, encanta, orienta, esclarece etc. A imagem é um referencial para os pequeninos conhecerem os seres, as coisas, a natureza, uma vez que não basta ouvir para saber do que se está falando; é preciso ver, mesmo que a palavra *fale* tanto quanto a imagem. Além disso, sabemos que há ainda quem precise tocar; hoje a linguagem tátil está tão presente e acessível quanto as demais.

É possível afirmar que a leitura da imagem está presente cotidianamente na vida das crianças e estas a leem a seu modo, muito antes de ler o código escrito. Estudiosos, tais como Piaget, Bee, Vygotsky e outros, já comprovaram que o contato da criança com o meio é o que facilita e enriquece as formas de conhecimento, pois é fácil apropriar-se de conceitos quando se presenciaram situações. Sendo assim, sua aproximação com as imagens permite não só criar referências no mundo imaginário, como contribui para o desenvolvimento psicológico e melhor compreensão de mundo. Enfim, através da leitura o cérebro é capaz de absorver novo repertório, que fará parte do desenvolvimento e aprimoramento linguístico infantil.

A palavra (signo linguístico), quando escrita, precisa ser decodificada e, para isso, uma hora ou outra exigirá da criança que ela utilize suas representações mentais, elaboradas a partir de vivências. E aí entram também as imagens, afinal o mundo está repleto delas.

A literatura infantil é artifício que precisa ser usado por todos os professores, não importa muito a classificação da história a ser trabalhada. O que vale a pena é o conteúdo que será absorvido pelos leitores e/ou ouvintes, a aprendizagem que será adquirida.

Podemos destacar alguns objetivos que os professores precisam ter nos momentos de trabalho com a literatura infantil e uma boa contação de histórias:

- Estimular o olhar como agente principal na estruturação do mundo interior da criança, em relação ao mundo exterior que ela está descobrindo.
- Estimular a atenção visual e o desenvolvimento da capacidade de percepção.
- Facilitar a comunicação entre a criança e a situação proposta pela narrativa, pois lhe permite a percepção imediata e global do que vê.
- Concretizar relações abstratas que, só através da palavra, a mente infantil teria dificuldade em perceber. E contribuir para o desenvolvimento da capacidade da criança para a seleção, organização, abstração e síntese dos elementos que compõem o todo.
- Pela força com que toca a sensibilidade das crianças, permitir que elas fixem, de maneira significativa e durável, as sensações ou impressões que a leitura deve transmitir. Se elaborada com arte ou inteligência, a imagem aprofunda o poder mágico da palavra literária e facilita à criança o convívio familiar com os universos que os livros lhe desvendam.
- Estimular e enriquecer a imaginação infantil e ativar a potencialidade criadora, natural em todo ser humano, e que, muitas vezes, permanece latente durante toda a existência por falta de estímulo.

Assim, o equilíbrio entre texto e imagem elabora melhor compreensão por meio das lógicas textual e iconográfica. A leitura da palavra é linear, a da imagem é múltipla, embora seja hierarquizada segundo o ilustrador, o que “dirige” o olhar da criança, de acordo com o propósito do autor. Porém, às vezes, veem-se imagens desconectadas do texto escrito, e isso precisa ser observado pelo leitor, antes de trabalhar com a história.

Uma boa ilustração deve ser complemento do texto escrito, além de ter seus objetivos para a leitura integral e coerente, pois, se não houver articulações entre as duas linguagens, uma delas quebra a intertextualidade e rompe com o imaginário atrapalhando a leitura e a compreensão.

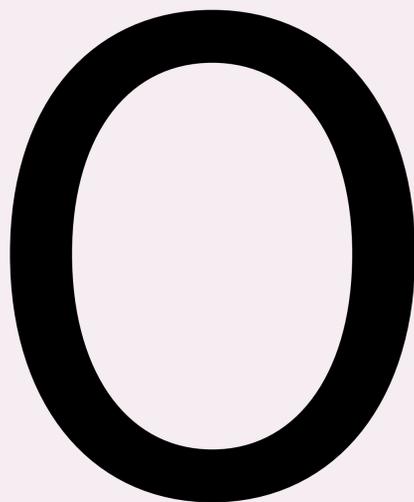
Como todo texto é expressão de linguagem, as histórias são sempre “lacunares”, então a imagem também servirá como elemento que auxilia no entendimento das ações dos personagens, dos ambientes, objetos, coisas em geral e ajudará no preenchimento das ambiguidades, das dúvidas, enfim, das lacunas.



*Rita de Cássia Santos Almeida é professora de Língua Portuguesa, pedagoga e psicopedagoga. Autora do livro “Jogos na sala de aula – Ensino fundamental”.

DIA MUNDIAL DO TDAH

OPINIÃO ● POR DR. RICHARD MUNHOZ*



Dia Mundial do Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), celebrado anualmente em 13 de julho, é mais do que uma efeméride: é uma oportunidade crítica para promover uma reflexão científica, social e educacional sobre um dos transtornos neurobiológicos mais estudados, porém ainda frequentemente negligenciados, no ambiente escolar contemporâneo.

O TDAH é caracterizado por sintomas persistentes de desatenção, impulsividade e hiperatividade, com início precoce e impacto significativo no funcionamento acadêmico e social do indivíduo. Segundo a literatura especializada, sua etiologia está ligada a alterações neurofuncionais, principalmente nas regiões frontais do cérebro, relacionadas ao controle inibitório, planejamento e regulação da atenção, aspectos intensamente mobilizados no contexto escolar.

A relevância da data de 13 de julho reside justamente na necessidade de ampliar a visibilidade sobre o TDAH, desconstruindo estigmas e fomentando

políticas de inclusão. Este marco simbólico convida educadores, gestores escolares, famílias e profissionais da saúde e educação a romperem com paradigmas reducionistas que ainda veem o TDAH como sinônimo de indisciplina ou déficit moral. Como aponta a psicopedagogia crítica, a aprendizagem não pode ser reduzida à *performance* comportamental, mas deve ser compreendida em sua totalidade biopsicossocial.

Do ponto de vista psicopedagógico, é essencial reconhecer que o TDAH impacta a construção do conhecimento de forma transversal. A criança com TDAH pode apresentar dificuldades na permanência atencional, no seguimento de instruções, na organização de materiais e tarefas, além de oscilações na motivação intrínseca. Esses fatores não indicam desinteresse ou preguiça, mas sim uma condição neuropsicológica que exige estratégias específicas de ensino e manejo pedagógico. É nesse cenário que a atuação do psicopedagogo torna-se estratégica: seu olhar clínico-educacional, aliado ao compromisso ético com o sujeito em desenvolvimento, pode transformar a queixa escolar em ponto de partida para uma intervenção personalizada.

Já sob a ótica da neuropsicopedagogia, campo interdisciplinar que integra conhecimentos da neurociência, psicologia e pedagogia, compreendemos que o cérebro da criança com TDAH opera de modo distinto em termos de autorregulação e funcionamento executivo. Pesquisas em neuroimagem funcional evidenciam alterações na conectividade entre o córtex pré-frontal e outras regiões subcorticais, sugerindo um padrão de maturação cerebral mais lento. Tais achados reforçam a necessidade de práticas pedagógicas adaptadas, que considerem tempos diferenciados de processamento, atividades multissensoriais, intervalos estratégicos e uso de tecnologias assistivas.

O ambiente escolar, portanto, precisa ser ressignificado como espaço de acolhimento e desenvolvimento de competências, e não de punição à diferença. A gestão escolar tem papel central na construção de um ecossistema educativo inclusivo, que promova formação continuada de docentes, políticas institucionais claras de atendimento à diversidade e articulação com equipes multidisciplinares. A inclusão, neste caso, não pode ser um *slogan*, mas um compromisso metodológico e epistemológico.

Neste contexto, o Dia Mundial do TDAH nos convida a olhar para a escola como um território de subjetividades, onde cada aluno é um universo a ser desvendado. Freud nos alertava para o poder do recalque social sobre as manifestações do sujeito; Jung, por sua vez, nos chamava à atenção para os símbolos e as individualidades que compõem a psique. À luz dessas contribuições e amparados pelos avanços da neurociência, é imperativo que a escola se torne um espaço de escuta ativa e respeito às singularidades cognitivas.

Concluimos, portanto, que celebrar o 13 de julho é mais do que reconhecer a existência do TDAH — é validar o direito ao aprender, ao pertencer e ao ser de milhares de crianças e adolescentes que, mesmo em silêncio, clamam por compreensão e suporte. Que este dia nos inspire a sair da zona de conforto institucional e assumir, com coragem e empatia, a missão de ensinar à altura das necessidades de cada sujeito.



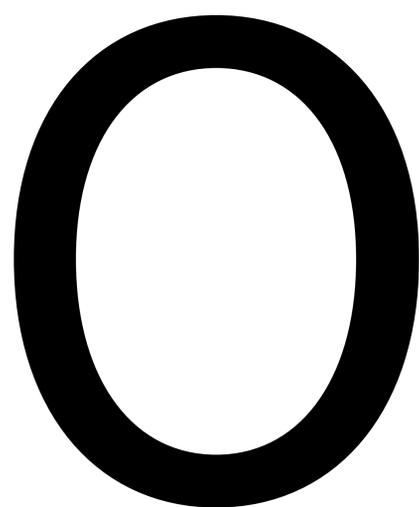
* Richard Munhoz é psicanalista clínico e infantil, psicopedagogo, neuropsicopedagogo, Mestre e Doutor em Ciências Médicas. Autor do livro “Análise e Interpretação dos Desenhos. Utilização dos testes projetivos nas clínicas psicanalítica e psicopedagógica”.

IA, SIM. CELULAR, NÃO: O DESAFIO DE INTEGRAR TECNOLOGIA COM FOCO PEDAGÓGICO

MATÉRIA DE CAPA • *POR ANTÔNIA FIGUEIREDO E JÉSSICA ALMEIDA*



Seis meses após a restrição do uso de celulares em sala de aula, escolas avaliam os impactos da medida e discutem caminhos para um uso mais consciente e pedagógico das tecnologias



avanço da inteligência artificial tem aberto novas possibilidades para a educação, despertando o interesse de professores, gestores e estudantes por ferramentas que ampliem o processo de aprendizagem. Ao mesmo tempo, cresce o debate sobre os limites do uso da tecnologia em sala, especialmente em relação aos celulares. Após seis meses da implementação de políticas que restringem o uso desses dispositivos nas escolas, educadores já observam mudanças no comportamento dos alunos, na concentração e até no rendimento. Mas como equilibrar o uso de recursos tecnológicos de forma crítica e pedagógica? A equipe da Revista Appai Educar ouviu especialistas e profissionais da educação que estão repensando o papel da tecnologia em sala de aula, em especial o contraste entre o potencial da IA e os desafios impostos pelo uso indevido dos celulares.

Esse movimento de reflexão sobre o uso consciente da tecnologia já começa a mostrar resultados concretos nas escolas. Mesmo com pouco tempo após a restrição do uso de celular nas salas de aula, muitos educadores relatam mudanças perceptíveis. Com mais de 30 anos de experiência em educação, a coordenadora educacional do Colégio Santa Marcelina do Rio de Janeiro, Fernanda Cifali, conta que os próprios estudantes relataram que melhorou a atenção em sala de aula. Da mesma forma, a comunicação e a interação entre eles, o foco nos estudos e no futuro, enquanto a cópia no caderno substituiu as fotos tiradas dos quadros.

Fernanda relata também que os professores perceberam uma mudança significativa de comportamento. “Os estudantes estão se apresentando mais empolgados e participativos nas aulas, além da melhora no rendimento, principalmente dos adolescentes a partir do 8º ano do Ensino Fundamental e séries finais e do Ensino Médio. Outro fator de destaque foi a mudança dos jogos eletrônicos durante o recreio por outros de tabuleiro e atividades envolvendo exercícios físicos, promovendo o desenvolvimento cognitivo e motor”, explica.

COMO GARANTIR O ENTENDIMENTO DAS NOVAS REGRAS

A comunicação clara e acessível com alunos e famílias tem sido uma das prioridades da escola desde a implementação da Lei nº 15.100/2025. A professora Simone Porfíria, do Colégio Estadual Padre Anchieta, explica que, para garantir o entendimento das novas regras, foi preciso resgatar formas tradicionais de diálogo. “Voltamos às práticas antigas que, de certa forma, sempre deram certo para difundir informações importantes: divulgação em sala de aula, reunião de responsáveis, cartazes e, quando necessário, o bom olho no olho”, garante Simone.

No Colégio Estadual Elvídio Costa, a comunicação sobre as novas diretrizes também tem sido tratada com prioridade. A diretora-geral Penha de Fátima Pereira Zaidan destaca que a estratégia da escola foi combinar informação acessível com sensibilização direta dos estudantes. “Espalhamos pelos corredores e demais instalações cartazes sobre a nova regulamentação. Fomos às salas conversar com os alunos sobre os impactos do uso excessivo das tecnologias, que prejudicam a saúde mental e consequentemente a aprendizagem”, explica a gestora.

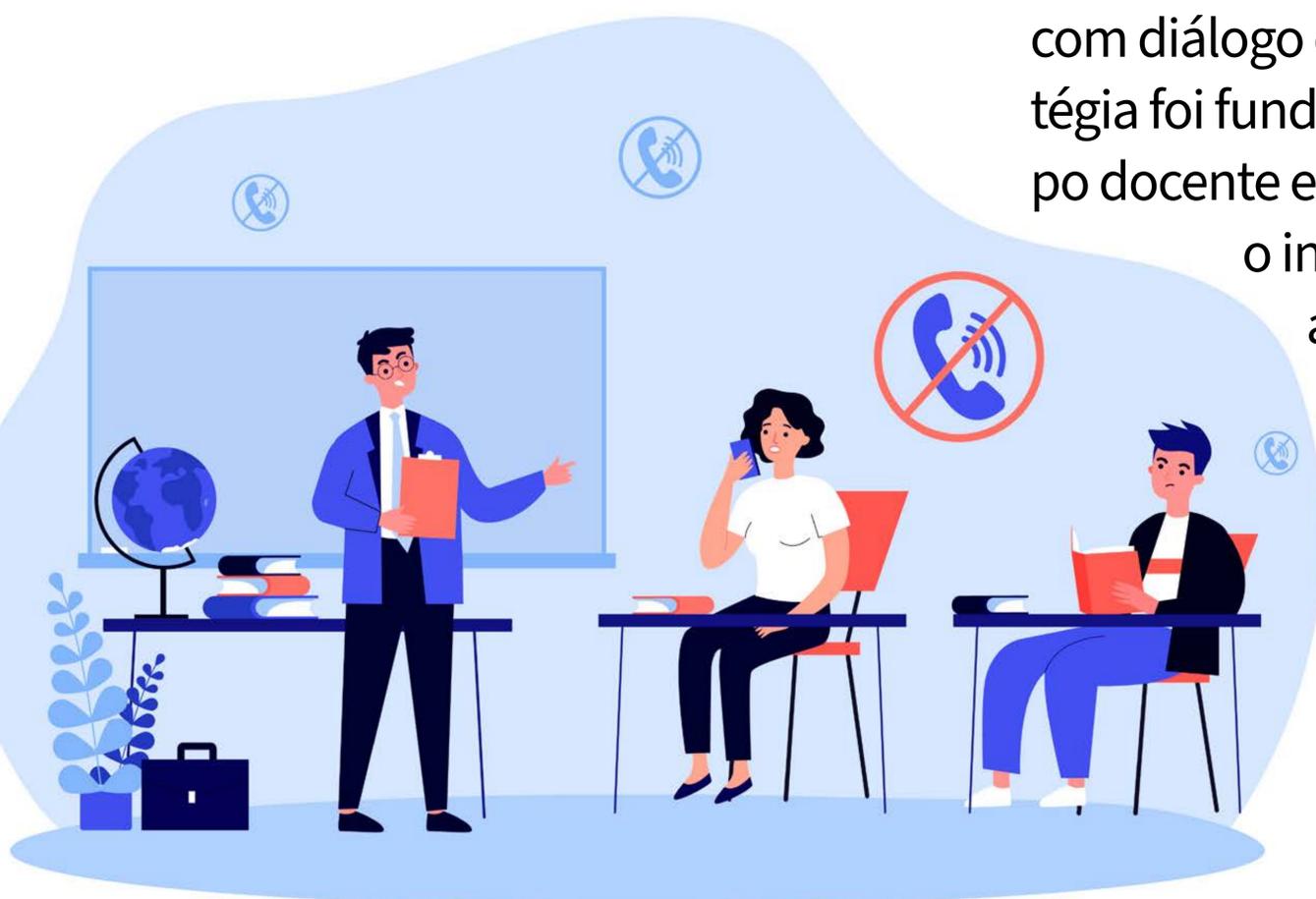


Rosangela Degli Esporte Melhado, Vice-diretora Pedagógica do Instituto de Educação Santo Antônio, localizado no município de Nova Iguaçu, conta que essa organização tem sido realizada através de uma estratégia de comunicação clara, constante e acessível, bem como um sistema eficaz de acompanhamento e revisão das normas. “Antes da implementação das novas regras informamos através de circular oficial, reunião com os responsáveis e alunos e constante abordagem com os estudantes em sala de aula, contando com a colaboração dos professores e de toda a comunidade educativa”, destaca.

No C. E. João Cabral de Melo Neto – Hispano Brasileiro e no Instituto de Educação Carmela Dutra, a professora Izabela de Fátima Bellini Neves conta que a gestão apostou em uma aborda-

gem coletiva e multicanal. “A direção promoveu reuniões com professores, alunos, pais e o grêmio para divulgar e conscientizar sobre as novas diretrizes. Além disso, foram colocados cartazes e placas nas salas e nos corredores. Houve também divulgação nas redes sociais da escola e nos grupos de WhatsApp das turmas dos pais”, relata.

Já no Ciep 424 Pedro Amorim, em Itaboraí, o diretor-adjunto Alexandre Magno de Souza Almeida revela que a gestão reuniu todo o corpo docente para alinhar as orientações com clareza. “Realizamos uma reunião de planejamento com todos os professores, em que foi estabelecida a orientação clara de não permitir o uso de celulares em sala de aula, salvo em atividades pedagógicas autorizadas. Em caso de descumprimento, os alunos são encaminhados à equipe pedagógica, garantindo que as normas sejam aplicadas com diálogo e consistência. Essa estratégia foi fundamental para que o corpo docente estivesse alinhado desde o início do ano, favorecendo a construção de um ambiente disciplinado e colaborativo”, afirma.



REAÇÃO À PROIBIÇÃO E COMO ESSA PERCEPÇÃO EVOLUIU AO LONGO DOS 6 MESES

No Colégio Santa Marcelina, a recepção à proibição do uso de celulares foi positiva, resultado de um trabalho prévio de conscientização iniciado em 2024, que preparou os estudantes para a nova realidade. Antes do início das aulas de 2025, a escola também comunicou às famílias a importância da medida, com base em recomendações da Unesco e da OMS, esclarecendo as condutas disciplinares e informando que o uso da tecnologia continuaria com os equipamentos da escola ou, em casos específicos, com o celular mediante aviso prévio. Segundo a coordenadora Fernanda Cifali, a adaptação foi tranquila para a maioria, embora alguns alunos mais dependentes de eletrônicos tenham enfrentado ansiedade e dificuldade de socialização nos primeiros meses, mas já demonstram melhor adaptação.

A experiência positiva do Colégio Santa Marcelina também se repete em outras instituições de ensino. No Colégio Estadual Padre Anchieta, a professora Cláudia da Silva afirma que, após a restrição do uso de celulares em sala, houve uma melhora significativa na interação entre os alunos e na realização das tarefas diárias. O professor Carlos Magno Oliveira Muniz complementa dizendo que os estudantes ficaram mais focados e participativos. “O rendimento melhorou, com menos distrações e mais atenção durante as aulas. No início, tentavam usar o celular escondido ou estavam um pouco dispersos. Com o tempo, foram se adaptando e hoje estão mais atentos e engajados”, relata.

Alexandre Magno de Souza Almeida, diretor-adjunto do Ciep 424 Pedro Amorim, em Itaboraí, admite que a proibição do celular no Pedro Amorim aumentou a participação dos alunos em aula, melhorando a qualidade do tempo pedagógico. “No Conselho de Classe do 1º trimestre de 2025, não houve reclamações sobre o uso indevido de celulares, evidenciando a adesão à medida. Nos intervalos, a maior oferta de jogos de mesa (futmesa, pebolim, tênis de mesa, xadrez gigante) e a valorização dos espaços ao ar livre incentivaram a socialização, reduziram a ansiedade pelo celular e promoveram o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais”, enfatiza.



A implementação da proibição do uso de celulares nas aulas trouxe impactos positivos também na dinâmica escolar dos alunos do Instituto de Educação Santo Antônio, como destaca a professora Cíntia Beňák: “Diversas mudanças foram observadas, como o aumento do foco e da concentração, melhora expressiva na interação social, reorganização da rotina escolar, relacionamento mais saudável com os professores, redução do bullying digital e mais autonomia”, aponta.

Mantendo a linha de relatos positivos sobre a mudança, a diretora Penha de Fátima destaca que, nos primeiros dois meses após a retirada dos celulares, os alunos se mostraram mais atentos em sala e mais sociáveis durante o recreio. A professora Simone Porfíria também percebeu uma melhora na concentração e maior engajamento nas aulas, especialmente entre os alunos do Ensino Fundamental. Já a professora Izabela de Fátima Bellini Neves, do Estadual João Cabral de Melo Neto - Hispano Brasileiro e do Instituto de Educação Carmela Dutra, observa que, embora a ausência do celular favoreça a atenção, o uso pedagógico do aparelho continua sendo incentivado, sobretudo por se tratar de um curso de formação de professores, onde é essencial reforçar o uso consciente da tecnologia.

MAIOR CONCENTRAÇÃO, ENGAJAMENTO E INTERAÇÃO

A melhora na interação entre os alunos não se restringiu à sala de aula. De forma alinhada e sensível às necessidades dos estudantes, as escolas têm adotado diversas estratégias para apoiar aqueles que enfrentam dificuldades de adaptação à restrição do uso do celular, especialmente em relação ao tempo de tela e à nomofobia. A professora Simone Porfíria, do Colégio Padre Anchieta, observa que, curiosamente, as dificuldades começaram a surgir após a implementação da regra, exigindo um trabalho contínuo de orientação e conscientização.

Nesse mesmo sentido, a diretora Penha de Fátima Pereira Zaidan destaca a realização de rodas de conversa e diálogos com os alunos, reforçando a importância de foco e atenção no processo de aprendizagem. A professora Izabela de Fátima Bellini Neves acrescenta que a orientação educacional tem atuado de forma próxima, envolvendo inclusive os responsáveis para esclarecer a situação.

No Ciep 424 Pedro Amorim, o diretor-adjunto Alexandre Magno de Souza Almeida relata que a equipe pedagógica tem atuado de maneira cuidadosa e acolhedora, promovendo atendimentos individuais, atividades coletivas de socialização e rodas de conversa nas aulas de Letramento Digital.

Essas ações buscam não só minimizar os impactos da ausência do aparelho, mas também desenvolver nos alunos a autonomia emocional e o uso consciente da tecnologia.

A professora de História, do Ensino Médio, Cíntia Beñák observa que, por meio de práticas simples e essenciais, a escola tem contribuído para o desenvolvimento dos alunos, estimulando o engajamento e o fortalecimento das relações afetivas no ambiente escolar. “Destaco o ‘retorno’ pelo interesse por ações simples que são extremamente necessárias para a aprendizagem escolar: organização do caderno com os itens mais importantes, uso do livro didático no formato físico, resolução de listas de exercícios em folhas impressas para a correção do professor, interesse por temas diversos que dialogam com os temas do programa curricular (antes o algoritmo das redes não entregava ao jovem determinadas discussões relevantes) e, acima de tudo, relações de afeto entre aluno e professor na construção da aprendizagem. Ressalto que estou adorando dar “visto” (carimbos) nos cadernos, pois consigo perceber a escrita do aluno, a coerência e criticida-

de ao produzir respostas e, acima de tudo, o compromisso pessoal com a aprendizagem. Mesmo lecionando em turmas do Médio, entendo que a avaliação bimestral não pode e não deve ser especificamente em torno de uma prova escrita. Logo, critérios qualitativos são de grande relevância e, com o acompanhamento individual do discente, o processo de avaliar se torna mais justo, especialmente para os alunos que apresentam laudos médicos relacionados a doenças que interferem na aprendizagem escolar”, atesta.

No Colégio Santa Marcelina, eles passaram a frequentar mais a biblioteca, utilizar as quadras e se envolver com jogos de tabuleiro. “Os próprios estudantes sugeriram uma lista de jogos que gostariam de ter, e o colégio providenciou, incentivando ainda mais o engajamento. A concentração melhorou, assim como a participação nas atividades. Eles estão mais ativos na aprendizagem, tiram dúvidas com os professores, estudam em grupo e fortalecem tanto os vínculos de amizade quanto o desenvolvimento pedagógico”, destaca Fernanda.



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E RESTRIÇÃO DE CELULAR

Em diferentes escolas, os professores têm buscado formas de integrar o uso pedagógico do celular conforme permitido pela Lei nº 15.100/2025, ainda que os resultados variem. Conforme relata o diretor-adjunto do Ciep 424, o uso pedagógico tem sido planejado e pontual, com intencionalidade clara. Os professores utilizam os celulares em atividades específicas como pesquisas supervisionadas, vídeos curtos, *quizzes* interativos e acesso a plataformas digitais, sempre com

mediação docente. A infraestrutura tecnológica da escola, com *chromebooks*, *tablets* e telas interativas, complementa essa prática, permitindo um equilíbrio entre os usos individual e coletivo da tecnologia.

A vice-diretora Rosangela Degli Esporite Melhado explica que no Instituto de Educação Santo Antônio, a restrição veio acompanhada de ações positivas e acolhedoras para com os alunos. “Primeiramente nos preparamos para essas situações a

partir da montagem de uma equipe para reconhecermos sinais de nomofobia. Depois criamos estratégias de acolhimento, empatia, envolvemos famílias, orientamos e desenvolvemos algumas atividades que substituam o celular. Nossas crianças, hoje, brincam no recreio, da Educação Infantil até o Ensino Médio”. A professora Cíntia relembra que entre essas ações esteve a compra de algumas bolas para promover sociabilidade e interação entre os grupos a partir de várias brincadeiras que são promovidas pelos estudantes. “Outros objetos, como corda e elástico, também estão sendo usados como itens recreativos no momento de descanso das aulas. Fico muito feliz em presenciar a geração digital fazendo uso de brincadeiras populares que tinham sido esquecidas devido ao uso exagerado dos aparelhos eletrônicos”.

Com a restrição do uso de aparelhos móveis, o Colégio Santa Marcelina remodelou a utilização de tecnologia e, conseqüentemente, a da inteligência artificial. A equipe pedagógica tem utilizado ferramentas como o Canva para desenvolver os trabalhos avaliativos. Além disso, os professores solicitam que as pesquisas relacionadas a determi-

nados conteúdos sejam feitas com a utilização da IA. “Essa tecnologia tem ampliado o aprendizado. Após a pesquisa, os docentes debatem as informações coletadas para avaliar junto aos estudantes as fontes e o melhor conceito encontrado”, afirma Fernanda.

Na mesma direção, a professora Izabela de Fátima Bellini Neves observa que, em sua escola, o uso pedagógico do celular já era comum e se intensificou após a pandemia, contribuindo de forma eficaz para o aprendizado. No entanto, há experiências mais cautelosas, como a da professora Simone Porfíria, que relata ter reduzido o uso após a nova legislação, já que o aparelho muitas vezes se torna um gatilho para a utilização recreativa das redes sociais durante a aula.

A diretora Penha de Fátima Pereira Zaidan também aponta que, embora alguns docentes façam uso pedagógico, a distração com jogos *on-line* e redes sociais ainda compromete o foco de muitos alunos. Esses relatos evidenciam os desafios e avanços na busca por um uso mais consciente e produtivo da tecnologia em sala de aula.



BENEFÍCIOS E RISCOS DA IA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Como toda tecnologia, o uso consciente e equilibrado é fundamental para não criar vícios e verdades absolutas. Para Fernanda Cifali, a inteligência artificial pode trazer agilidade na obtenção de informações, facilitar projetos pedagógicos e aproximar os alunos da tecnologia presente no mercado de trabalho. Por outro lado, os riscos incluem a limitação da criatividade, a dependência, a desumanização do ensino e a vulnerabilidade dos estudantes a conteúdos enviesados. “Esses vieses aparecem quando os algoritmos refletem preconceitos humanos, gerando resultados injustos ou discriminatórios”, alerta a coordenadora.

A educadora aponta ainda que a tecnologia no ambiente escolar deve desenvolver o papel de ferramenta pedagógica, estimulando a aprendizagem, preparando o estudante para o mercado de trabalho e desenvolvendo sua capacidade cognitiva e crítica. “Utilizamos a IA em nossa escola para uma avaliação avançada dos conteúdos e para o desenvolvimento da criatividade dos estudantes”, afirma Fernanda.



SEGURANÇA DOS APARELHOS X MINIMIZAR O USO INDEVIDO

Para garantir a segurança dos aparelhos e minimizar o uso indevido durante o período escolar, as escolas têm adotado estratégias variadas, combinando diálogo, orientação e medidas administrativas. A professora Simone Porfíria explica que, geralmente, uma advertência verbal é suficiente. “Em último caso, recolhe-se o aparelho e ele é devolvido somente ao responsável, mas, de um modo geral, advertir verbalmente tem resolvido”, comenta.

Segundo a diretora Penha de Fátima, reforçar a importância da parceria com as famílias é o início do caminho. “Pedimos nas reuniões de responsáveis e grupos de WhatsApp que não deixem seus filhos levarem o celular para a escola, a menos que o professor solicite com antecedência para fins pedagógicos,” revela. Na mesma linha, a docente Izabela Bellini destaca que “é pedido que os alunos guardem os celulares e, em casos extremos, a direção recolhe o aparelho e o entrega aos responsáveis”, explica.

O diretor-adjunto Alexandre Magno destaca um conjunto mais amplo de ações no Ciep 424. “Criamos um espaço seguro, com *wi-fi* específico e horários definidos para que os estudantes possam usar o celular apenas para comunicação com os responsáveis. Além disso, reforçamos a presença da equipe pedagógica nos espaços comuns e priorizamos o diálogo e o acompanhamento individual em caso de descumprimento”. Ele complementa que essas ações são constantemente reforçadas com as famílias, o que tem contribuído para um ambiente escolar mais seguro, equilibrado e voltado à aprendizagem.

Vitória Fernandes da Silva, 15 anos, aluna da 1ª série, do Ciep 424 Pedro Amorim, reconhece os dois lados da restrição do uso de celulares na escola: “Olha, eu entendo os motivos de a escola querer limitar o uso do celular. Tem muita distração, e às vezes a gente acaba mexendo no telefone em vez de prestar atenção na aula. Então, acho que um dos prós é que ajuda a gente a focar mais no conteúdo e participar mais das atividades”.

Por outro lado, ela também destaca alguns desafios: “Às vezes o celular pode ser útil pra pesquisar al-

guma coisa rapidinho. E quando a gente tem um tempinho livre, seria bom poder mexer um pouco sem problema, né? Nem sempre é pra distrair, às vezes é só pra relaxar”, lembra a aluna, que tem se adaptado bem à nova rotina. “No meu caso, estou tentando lidar com a restrição. Guardo o celular na mochila e uso só quando os professores autorizam. No começo foi meio chato, confesso, porque nós alunos já estamos tão acostumados com o celular o tempo todo”, avalia.

No contexto da restrição ao uso de celulares, o Instituto de Educação Santo Antônio adota uma abordagem equilibrada, permitindo seu uso de forma controlada e com objetivos educativos bem definidos, conforme garante a vice-diretora. “O celular está sendo utilizado sempre que for necessário, na condição de o professor definir os objetivos, limites esclarecidos e foco educativo, sempre enfatizando os acordos e combinados”, justifica Rosangela Degli.



O QUE AINDA FALTA PARA QUE A INTEGRAÇÃO DA IA AO ENSINO SEJA MAIS EFICAZ?

Para Fernanda Cifali, ainda são necessárias mais pesquisas sobre o tema e, principalmente, a preparação dos educadores. “Como toda novidade, é essencial que os profissionais da educação estejam capacitados para aplicar a IA de forma consciente, produtiva e eficaz. Nas grandes cidades, o acesso à tecnologia é mais viável, mas ainda precisamos de políticas públicas de inclusão digital para alcançar estudantes em regiões mais remotas”, destaca.

Nesse sentido, Fernanda acredita que uma política pública eficaz deve abordar os aspectos legais e éticos do uso da IA na educação, além de garantir a formação adequada dos professores da educação básica. “Como toda tecnologia, a IA também precisa de regulamentação para orientar seu uso nas escolas, sempre com foco pedagógico e equidade”, completa.

Para a equipe pedagógica do Instituto de Educação Santo Antônio, a gestão escolar desempenha um papel fundamental na criação de um ambiente de uso consciente e controlado do celular, sendo essencial a implementação de protocolos e o apoio contínuo à equipe docente. “Pois a criação de um ambiente onde o uso do celular necessita ser consciente, educativo e controlado depende de protocolo de ação, regras bem estabelecidas e amplamente divulgadas, sensibilização, apoio constante à equipe docente e ações integradas com a presença de toda a comunidade escolar”, esclarece.

Já Cláudia, do Colégio Estadual Padre Anchieta, ressalta a falta de infraestrutura como principal obstáculo: “Faltam computadores, *notebooks*, *tablets*, acesso à internet de qualidade e profissionais técnicos que ensinem o uso adequado das ferramentas. Além disso, é preciso conhecimento e maturidade para que os alunos produzam bons trabalhos com esses recursos”, aponta.

Diante de todo esse cenário apresentado, o desafio está em encontrar um equilíbrio entre o uso pedagógico da tecnologia e a preservação do ambiente escolar como espaço de convivência e aprendizado crítico. O que é notório é que a inteligência artificial, quando bem aplicada, pode ser uma aliada poderosa na educação básica, mas o seu uso exige preparo, estrutura e responsabilidade. E o que fica claro é que, na visão da comunidade escolar ouvida, mais do que discutir a presença ou ausência dos celulares em sala de aula, é essencial promover uma mediação tecnológica consciente e construir políticas educacionais que envolvam professores, alunos, gestores e famílias. Para todos, o desafio vai além da proibição, trata-se de preparar a escola para um futuro digital mais justo, equilibrado e humano.



E O QUE PENSAM OS ALUNOS

Na opinião da aluna do 3º ano do Ensino Médio do Instituto de Educação Santo Antônio Raíssa Mendonça, a restrição do uso do celular nas escolas ajuda os alunos a se concentrarem melhor nas aulas e a dialogarem mais com seus colegas. “Entretanto, o apego dos estudantes ao aparelho gera dificuldade na aplicação da lei, se tornando um ponto negativo, já que os professores ficam apreensivos na hora de autorizar o uso do celular para fins educativos devido ao costume dos alunos de utilizá-lo apenas para o lazer”, enfatiza

Vitória Fernandes da Silva, da 1ª série do Ensino Médio do Ciep 424, afirma que, no seu caso, está tentando lidar bem com a restrição. “Guardo o celular na mochila e uso só quando os professores autorizam. No começo foi meio chato, confesso, porque nós alunos já estávamos muito acostumados com o celular o tempo todo”, revela.

Andrielly de Oliveira Navega, da turma 903 do Colégio Estadual Elvídio Costa, também vê a restrição de maneira positiva. “Quando o uso era permitido, muitos alunos viam o celular como uma maneira de fugir dos estudos e um jeito de se distrair. Com a nova lei, os estudantes passaram a se dedicar mais às matérias e manter o foco durante as aulas. Acredito que, com essa mudança, o desenvolvimento escolar foi bastante elevado.”

ANÁLISE DOS DESAFIOS E BENEFÍCIOS TRAZIDOS PELA LEI 15.100/2025

A recente implementação da Lei nº 15.100/2025 nos convida a refletir sobre os impactos reais da regulamentação do uso de dispositivos eletrônicos nas escolas. E, nesse mosaico, a especialista e gestora escolar Juliana Santos compartilha sua visão e análise dos desafios e benefícios trazidos pela Lei. E nos revela sobre como essa medida tem influenciado a aprendizagem, o comportamento e a convivência dos alunos no ambiente escolar.

Para Juliana Santos, a nova legislação representa um avanço significativo na construção de um espaço educativo mais focado, humano e propício ao desenvolvimento integral dos estudantes. “A proposta não é proibir o uso de celulares, mas incentivar um emprego mais consciente e com finalidade pedagógica. Desde que a lei começou a ser aplicada, já percebemos uma melhoria clara na concentração dos alunos, na qualidade das interações e até no rendimento acadêmico em algumas turmas”, observa.

Ela destaca que, ao limitar o uso irrestrito dos dispositivos e valorizar práticas intencionais, a legislação favorece a inclusão e amplia o alcance das metodologias ativas, principalmente no atendimento a estudantes com necessidades específicas. “Além de diminuir as distrações em sala, a escola passou a investir mais em estratégias voltadas para o desenvolvimento socioemocional, e isso tem gerado bons frutos. Os alunos estão mais colaborativos, mais empáticos e conscientes de seus comportamentos. Essa mudança no ambiente escolar é visível no dia a dia”, complementa Juliana Santos.

Por outro lado, reconhece que os desafios existem e precisam ser enfrentados coletivamente. A resistência de parte dos estudantes, a ausência de mecanismos mais claros de acompanhamento e a continuidade do uso excessivo das telas fora da escola ainda são obstáculos. “Nenhuma lei funciona sozinha. É preciso envolver os professores, as famílias, os gestores e os próprios alunos nesse processo. A tecnologia não deve ser vilã, e sim aliada. E para isso é essencial que as escolas estejam preparadas, com formação continuada e ações articuladas que deem sentido à proposta. Estamos no caminho, mas ele exige compromisso de todos”, frisa.

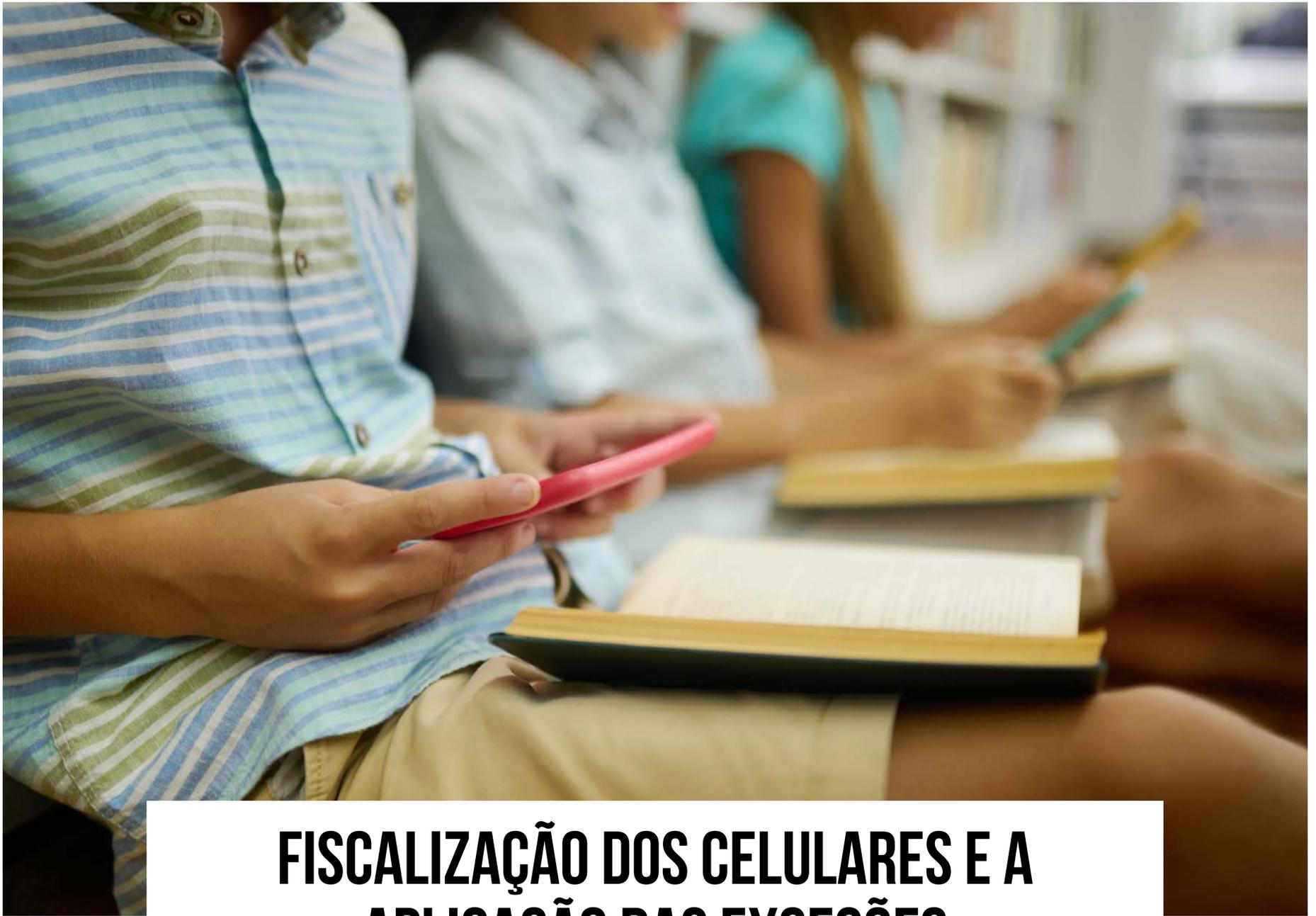
PROIBIÇÃO NÃO É SUFICIENTE

Embora a proibição do uso de celulares nas escolas venha sendo adotada como medida para melhorar o desempenho acadêmico e o bem-estar dos alunos, estudos recentes apontam que, sozinha, ela não basta. Diante desse cenário, a educadora e especialista em tecnologias aplicadas à educação, Juliana Santos, defende a adoção de estratégias mais amplas e integradas. Para ela, lidar com o tempo de tela excessivo e a dependência digital exige articulação entre escola, família e aluno. “A simples restrição pode até reduzir distrações em sala, mas, para promover mudanças reais e duradouras, é preciso investir em ações que ajudem o estudante a compreender e regular seu próprio uso da tecnologia”, pontua.



Entre as estratégias destacadas por Juliana Santos estão o estabelecimento de rotinas claras, com horários definidos para o uso de dispositivos e o estímulo à educação digital crítica. “Ensinar o aluno a refletir sobre o tempo que ele passa diante das telas e os efeitos disso em sua vida é um passo essencial. Trabalhar habilidades como atenção plena, controle de impulsos e foco em tarefas específicas contribui para um uso mais saudável e consciente dos recursos digitais”, explica, acrescentando que práticas pedagógicas intencionais ajudam não apenas no desempenho acadêmico, mas também no desenvolvimento de competências socioemocionais.

A participação da família também é vista por Juliana Santos como peça-chave no processo. Segundo ela, os pais devem atuar em parceria com a escola, criando ambientes domésticos equilibrados e estimulando atividades fora do ambiente virtual, como leituras, jogos presenciais e momentos de convivência. “O exemplo dos adultos, o reforço positivo e a continuidade das orientações em casa são determinantes. Mais do que proibir, precisamos formar jovens capazes de fazer boas escolhas”, conclui. Para a educadora, o enfrentamento da dependência digital passa por uma construção coletiva, contínua e educativa, que vai muito além de uma norma disciplinar.



FISCALIZAÇÃO DOS CELULARES E A APLICAÇÃO DAS EXCEÇÕES

Mesmo com os avanços proporcionados pela implementação da Lei nº 15.100/2025, não se pode ignorar os desafios concretos enfrentados pelas escolas, especialmente no que diz respeito à fiscalização do uso de celulares e à aplicação das exceções previstas para fins pedagógicos ou emergenciais. Quem comenta o tema é a professora e formadora de educadores Juliana Santos, que atua com formação continuada em tecnologias e práticas pedagógicas inovadoras. Segundo ela, o impacto da nova legislação nas rotinas escolares é significativo, mas sua aplicação eficaz depende de múltiplos fatores. “Muitos alunos reagem com ansiedade ou resistência ao controle do uso dos celulares, o que revela o grau de dependência digital. Isso exige do professor não apenas autoridade, mas sensibilidade, escuta ativa e preparo emocional”, observa.

A ausência de mecanismos claros de sanção e de padronização entre escolas, segundo Juliana, também dificulta a consolidação de práticas consistentes. “Não basta proibir o celular. É preciso saber como agir nas exceções, como emergências ou atividades pedagógicas. E isso requer do educador um discernimento constante e uma gestão cuidadosa do tempo, do espaço e do comportamento dos alunos”, atesta. Em sua visão, o acúmulo de tarefas administrativas e pedagógicas torna ainda mais difícil monitorar individualmente o uso dos dispositivos, o que exige apoio institucional, clareza nas normas e uso inteligente de ferramentas digitais.

“Participei recentemente de um *workshop* gratuito sobre engenharia de *prompt* para professores, justamente para ajudar na construção de materiais mais personalizados e eficazes”

Nesse cenário, a formação continuada se torna indispensável. Juliana Santos defende que capacitações voltadas às competências digitais, inteligência artificial e uso pedagógico de aplicativos são ferramentas-chave para enfrentar esses obstáculos. “Participei recentemente de um *workshop* gratuito sobre engenharia de *prompt* para professores, justamente para ajudar na construção de materiais mais personalizados e eficazes. O professor precisa se sentir seguro para usar a tecnologia a seu favor”, aponta. Ela reforça que a efetividade da lei depende de uma rede de apoio sólida, com o envolvimento ativo de famílias, gestores e comunidade. “Mais do que fiscalizar, é preciso educar para o uso consciente e cidadão da tecnologia”, conclui.



Em um contexto em que o uso da tecnologia se estende muito além dos muros da escola, a colaboração entre famílias e instituições de ensino torna-se ainda mais relevante. Quem reforça essa importância é a pedagoga e especialista em uso consciente de telas digitais Juliana Santos. No ponto de vista da docente, a construção de uma cultura de cidadania digital e hábitos saudáveis depende de um esforço conjunto. “Não adianta a escola orientar de um lado e a família agir de forma desconectada do outro. O impacto da tecnologia na vida dos alunos acontece em tempo integral. Por isso, essa parceria precisa ser fortalecida, alinhando práticas e expectativas dentro e fora do ambiente escolar”, defende.

Uma das estratégias mais eficazes, segundo Juliana, é investir em canais permanentes de diálogo. Reuniões presenciais, grupos *on-line*, eventos temáticos e rodas de conversa são espaços valiosos para trocar informações e alinhar posturas. “Mesmo os pais mais atentos muitas vezes se sentem inseguros diante da rapidez com que as tecnologias mudam. A escola pode atuar como ponte, trazendo conteúdos atualizados, promovendo oficinas sobre cidadania digital e oferecendo orientação sobre temas como segurança *on-line*, limites no uso das telas e o impacto das redes sociais no comportamento dos filhos”, afirma. A especialista também esclarece que o uso de ferramentas pedagógicas digitais pode ser um elo positivo entre escola e lar, desde que feito com intencionalidade e orientação adequada.

Outro aspecto central dessa co-operação está na criação de combinados entre família e escola sobre o uso da tecnologia. Juliana comenta que, quando regras e rotinas são construídas de forma conjunta, os alunos tendem a desenvolver maior senso de responsabilidade e autorregulação. “Precisamos mostrar que há vida além da tela. Atividades como leitura, esportes, jogos de tabuleiro ou momentos de convivência familiar são fundamentais para o equilíbrio emocional dos jovens”, completa. Na análise da educadora, mais do que limitar, é preciso formar, e essa formação se dá na parceria. “Quando toda a comunidade educativa se envolve, criamos uma rede de proteção e de orientação que ajuda o aluno a navegar com consciência e segurança no mundo digital”.

“E isso é fundamental para que a tecnologia ocupe o lugar que lhe cabe, o de ferramenta, e não o de dependência”

O avanço dos casos de nomofobia e de outras formas de dependência digital entre os estudantes acendeu um sinal de alerta nas escolas. A preocupação vai além da presença do celular em sala de aula. Trata-se de compreender como o uso excessivo de telas afeta o emocional, o rendimento e a convivência dos alunos. Na observação da especialista em práticas educativas e saúde digital Juliana Santos, o papel do professor é fundamental na identificação precoce desses comportamentos. “O docente que observa atentamente sua turma pode perceber sinais como irritabilidade ao se afastar do celular, isolamento social, queda no desempenho ou até mesmo dificuldade de concentração. Esses são indícios que não devem ser ignorados e merecem acolhimento e encaminhamento adequado”, orienta.

Como caminho prático dentro da rotina escolar, Juliana sugere a criação de espaços regulares de desconexão, nos quais atividades sejam realizadas sem o uso de dispositivos digitais. “É importante mostrar para os alunos que é possível se divertir, aprender e se relacionar fora das telas. Propor desafios em grupo, dinâmicas de atenção plena e exercícios de autorregulação emocional pode ser bastante eficaz. Essas práticas desenvolvem consciência sobre os próprios hábitos e ajudam no controle dos impulsos”, argumenta. A especialista também recomenda abordar temas como saúde digital e segurança *on-line* em atividades interdisciplinares, com base em orientações de entidades como a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) e a OMS.



A construção de um relacionamento mais equilibrado com a tecnologia, segundo Santos, passa também pela parceria com as famílias. A entrevistada reforça que os responsáveis precisam ser orientados a estabelecer limites em casa, incentivar atividades *off-line* e acompanhar de perto o uso de telas no tempo livre. “A escola pode e deve propor oficinas, palestras e rodas de conversa que envolvam toda a comunidade escolar. Quando promovemos projetos que valorizam o esporte, a arte, o teatro e o trabalho coletivo, mostramos aos jovens outras formas de pertencimento e bem-estar. E isso é fundamental para que a tecnologia ocupe o lugar que lhe cabe, o de ferramenta, e não o de dependência”, conclui.



RESISTÊNCIA ESTUDANTIL À RESTRIÇÃO

A resistência de parte dos alunos à restrição do uso de celulares nas escolas é uma realidade enfrentada por muitos educadores. Para a professora e especialista em práticas pedagógicas Juliana Santos, o enfrentamento desse comportamento não deve se limitar à punição. “Com os estudantes que se mostram mais rebeldes, a escuta é o primeiro passo. É preciso abrir espaço para o diálogo, compreender o que está por trás dessa resistência e criar um ambiente de confiança. Só assim conseguimos transformar confronto em cooperação”, afirma. A docente defende que a empatia e o vínculo afetivo são fundamentais para a construção de um clima positivo em sala de aula.

Entre as estratégias que considera mais eficazes, Santos destaca o envolvimento dos alunos na criação das regras. “Quando eles participam da construção das normas, sentem-se mais respeitados e responsáveis por aquilo que foi combinado. Isso gera pertencimento e reduz as reações negativas”, detalha. Mas também reforça a importância do uso de reforço positivo e *feedbacks* construtivos, valorizando atitudes adequadas e estimulando a motivação interna dos estudantes para cumprir as regras. “Não se trata de controlar pelo medo da punição, mas de educar para a autonomia e a consciência”, complementa.

“Quando as famílias sentem que suas vozes são ouvidas e valorizadas, a cooperação aumenta significativamente”

Do ponto de vista pedagógico, a especialista recomenda o uso de metodologias ativas como recurso para promover engajamento real. Projetos colaborativos, atividades gamificadas e desafios criativos ajudam a manter o interesse dos alunos e reduzem a necessidade de recorrer ao

celular como fuga da aula. “Além disso, a capacitação dos professores em mediação de conflitos e competências socioemocionais é essencial. Saber lidar com situações

de tensão sem romper o vínculo com o aluno faz toda a diferença”, conclui. Em sua abordagem, quando a escola atua de forma integrada com suas equipes pedagógicas e psicossociais, compreendendo os contextos de cada estudante, a resistência pode ser transformada em consciência, e a lei, em um instrumento de desenvolvimento cidadão.

A participação ativa das famílias é fundamental para o sucesso da implementação da Lei nº 15.100/2025, especialmente quando o tema envolve a restrição do uso de celulares. A pedagoga especialista em engajamento comunitário valida que, em muitos contextos, a colaboração dos responsáveis não é imediata, seja por desinformação ou pela percepção do celular como ferramenta útil no cotidiano. “Por isso, as escolas precisam estabelecer um plano de comunicação estruturado, inclusivo e contínuo, que crie um ambiente de confiança e incentive a participação efetiva das famílias no processo educativo”, ressalta.

O desenvolvimento desse plano, segundo Juliana, deve começar por um diagnóstico cuidadoso da comunidade escolar, identificando características socioeconômicas, canais preferidos de comunicação e possíveis barreiras culturais. “A partir daí, é possível personalizar as estratégias, utilizando boletins digitais, encontros presenciais, grupos de mensagens e outros recursos que facilitem o diálogo aberto e transparente”, elucida. Reforça, ainda, que comunicar claramente os objetivos pedagógicos da lei, mostrando os benefícios reais da limitação do uso de telas para o desenvolvimento integral dos alunos, é essencial para envolver as famílias.



Somado a isso, aponta que ações educativas e espaços de escuta ativa são indispensáveis para transformar resistência em colaboração. “Oficinas, palestras e materiais informativos ajudam a ampliar a compreensão sobre cidadania digital, saúde mental e dependência de telas, tornando os pais parceiros da escola. Quando as famílias sentem que suas vozes são ouvidas e valorizadas, a cooperação aumenta significativamente”, afirma. A profissional da área lembra também da importância de monitorar o engajamento e promover ciclos contínuos de avaliação e *feedback*, envolvendo lideranças e profissionais da escola para fortalecer essa rede de apoio. “A tecnologia digital molda nosso comportamento e, quanto mais cedo aprendermos a conviver bem com ela, melhor prepararemos as futuras gerações para usufruir das oportunidades que a inteligência artificial e outras inovações oferecem”, defende.

RESTRINGIR O CELULAR NA ESCOLA NÃO É ELIMINAR A TECNOLOGIA

A longo prazo, na visão da educadora, a restrição do uso irrestrito de celulares nas escolas brasileiras promete transformar profundamente a cultura educacional do país. Pois, para a pedagoga e especialista em tecnologia educacional, essa medida cria condições favoráveis para que alunos e professores se concentrem mais no processo de aprendizagem. “Quando as distrações digitais são reduzidas, os estudantes retomam o contato com o ritmo das aulas e valorizam as interações presenciais, que são fundamentais para o desenvolvimento cognitivo e emocional”, constata. Somado a isso, esse ambiente favorece o fortalecimento das competências socioemocionais, como empatia, autorregulação e cooperação, habilidades essenciais para a vida escolar e social.



Por outro lado, a professora Juliana ressalta que restringir o uso dos celulares não significa eliminar do ambiente escolar a tecnologia. “Ela continua sendo uma grande aliada da educação, desde que usada com propósito pedagógico claro e de forma intencional pelos professores”, expõe. Também acrescenta que plataformas digitais, jogos educativos e metodologias ativas podem enriquecer as aulas, personalizar o ensino e estimular a autonomia dos alunos. “O desafio é integrar essas ferramentas de maneira consciente, para que elas ampliem as possibilidades de aprendizagem em vez de competir pela atenção dos estudantes”, complementa.

Essa transformação também abre caminho para uma educação digital crítica e ética, observa a pedagoga, ao explicar que preparar os alunos para um uso responsável e seguro da tecnologia é tão importante quanto desenvolver habilidades técnicas. “A Lei nº 15.100/2025 pode ser vista como um marco que inaugura uma nova fase na educação brasileira, mais equilibrada, inclusiva e alinhada às demandas do século XXI”, conclui, destacando que, dessa forma, a escola deixa de ser apenas transmissora de conteúdo e se torna um espaço de formação integral, onde o equilíbrio entre o digital e o presencial é cultivado de forma coletiva e consciente.

Fernanda Cifali é formada em Pedagogia, com especialização em Gestão do Conhecimento, Psicopedagogia Institucional e Educação Especial, Neurociência Pedagógica e MBA em Gestão de Pessoas. Atua como Coordenadora Educacional do Colégio Santa Marcelina do Rio de Janeiro e possui mais de 30 anos de experiência em educação.

Cláudia S. da Silva é formada em Ciências Biológicas, possui pós-graduação em Trabalho, Tecnologia e Educação e atua como professora desde 2014.

Carlos Magno Oliveira Muniz é licenciado em Matemática e atua na Educação Básica, com turmas dos ensinos Fundamental e Médio, no Colégio Estadual Padre Anchieta.

Juliana Santos é palestrante, especialista em uso consciente de telas digitais, psicopedagoga, pedagoga, com graduação com licenciatura e bacharelado em Pedagogia – Uerj; Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional – Uerj, com especialização em Desenvolvimento infantil - CBI of Miami; Neurociência da Educação - CBI of Miami; Orientação de pais e cuidados com a família - Sociedade Alere de Desenvolvimento Humano. Contatos: (21) 99805-0439 - @juyanasantos.br

Alexandre Magno de Souza Almeida é educador, pesquisador e gestor escolar na rede pública do RJ, mestrando profissional em Administração pela UFF, Diretor-adjunto no Ciep 424, cocriador do Laboratório Lixo Zero (1º laboratório LZ escolar no ensino médio do Brasil) e coordena projetos premiados de inovação educacional com foco em gestão lixo zero em escolas e práticas antirracistas. É pesquisador do Instituto Lixo Zero Brasil.

Izabela de Fátima Bellini Neves é mestranda do Programa de Mestrado Profissional PP-GEB-CAP-Uerj, Graduada em Matemática pela UFRJ, Especialista em Educação Matemática (UFRJ) e (Uerj), Docente da Educação Básica desde 1997 e membro dos grupos de pesquisa “Alfabetização Científica e Ensino de Física, Química, Biologia, Ciências e Matemática na Educação Básica”.

Penha de Fátima Pereira Zaidan é diretora-geral do Colégio Estadual Elvídio Costa, em São Fidélis, profissional de Educação Física, pós-graduada em Educação física Escolar e Pedagoga.

Simone Porfíria é professora de Língua Portuguesa do Colégio Estadual Padre Anchieta e influenciadora digital.

Cíntia Beňák de Abreu é professora de História (Ensino Médio) do Instituto de Educação Santo Antônio (Iesa). Doutoranda em História Social pela Uerj e Mestra em Ensino de História pelo programa ProfHistória (Uerj). Especialista em Ensino de História – UFRJ. Professora da rede estadual de ensino do estado do Rio de Janeiro (Seeduc).

Rosângela Degli Esporite Melhado é vice-diretora pedagógica do Instituto de Educação Santo Antônio (Iesa). Especialista em Psicopedagogia, Direito Educacional e Gestão educacional. Licenciatura plena em Letras (Português, Inglês e Literatura).

SALVE A NOSSA BANDEIRA, RESPEITE O NOSSO PAVILHÃO

EDUCAÇÃO INFANTIL • POR ANTÔNIA FIGUEIREDO

Valorizando o samba, o território e os saberes afro-brasileiros na Educação Infantil

A bandeira não é apenas um pedaço de tecido colorido preso a um mastro. Ela é um símbolo vivo de pertencimento e memória. Representa a alma de um povo, a trajetória de uma nação, a paixão de uma torcida, o orgulho de uma escola de samba, a identidade de uma comunidade. Quando hasteada, uma bandeira fala sem palavras. Ela celebra conquistas, preserva histórias, reúne sonhos e afirma valores.

Nas escolas de samba, o pavilhão é reverenciado com tanta devoção quanto um símbolo de profundo respeito coletivo. É conduzido com elegância pelo casal de mestre-sala e porta-bandeira, que o protege e o exhibe como um tesouro da comunidade. Em ambientes educativos, a bandeira pode se transformar em ponto de partida para diálogos significativos sobre cultura, cidadania, diversidade e respeito às raízes.

Foi com essa compreensão da potência simbólica e educativa que uma bandeira carrega que nasceu o projeto *Salve a nossa bandeira, respeite o nosso pavilhão*, idealizado pela professora Viviane Penha Prado dos Santos, no Espaço de Desenvolvimento Infantil Pedro Moacyr, no Rio de Janeiro. O projeto promoveu a valorização da cultura afro-brasileira, a integração entre escola e comunidade e a aplicação efetiva da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira na educação básica.

SAMBA, TERRITÓRIO E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

A inspiração para o projeto veio do território geográfico. Ao lado do EDI Pedro Moacyr está localizada a quadra da tradicional escola de samba Unidos de Padre Miguel, presença marcante no cotidiano das crianças. Viviane, pedagoga e educadora, enxergou nesse contexto uma oportunidade de conexão com os saberes ancestrais e com os valores que fundamentam a cultura afro-brasileira. “Entendo o samba como um espaço potente de transmissão de saberes pautados nos valores afro-brasileiros para a Educação Infantil, conforme propõe a professora Azoilda Trindade”, afirma a educadora.

O projeto envolveu todas as 16 turmas do EDI, com destaque para a EI-48, que realizou etapas específicas. Entre os principais objetivos estavam o de ampliar o conhecimento sobre a cultura afro-brasileira, valorizar o território e os saberes da comunidade, promover o diálogo com as famílias e reconhecer o samba como patrimônio cultural e educativo. “Como foi realizado na Educação Infantil, o projeto percorreu os seguintes campos de experiência: O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Escuta, fala, pensamento e imaginação e Traços, sons, cores e formas,” esclarece Viviane.





A BANDEIRA COMO SÍMBOLO DE IDENTIDADE

As atividades foram construídas a partir da observação do bairro e da presença do samba na vida das crianças. Os professores elaboraram um pavilhão coletivo da unidade escolar e, em seguida, cada turma criou seu próprio pavilhão. A escola também firmou uma parceria com o Departamento Social da Unidos de Padre Miguel, que acompanhou o projeto durante todo o período de aplicação.

Foram realizadas oficinas sobre o simbolismo das bandeiras, além de ações de integração do samba na rotina escolar. A turma EI-48 desenvolveu um projeto específico a partir do vídeo “Trem do Samba”, em parceria com a professora regente Vanessa Prado e o professor de Literatura nas Infâncias Felipe Silva. A proposta resultou em uma aula-passeio até a Estação Ferroviária de Deodoro, reforçando o vínculo das crianças com o território e a mobilidade urbana.

ARTE, CULTURA E RECONHECIMENTO

O projeto também promoveu ações de arte urbana, como a execução de um grafite no muro externo da escola, com o logo do enredo da Unidos de Padre Miguel para 2025, feito pelo próprio professor de Literatura e grafiteiro Felipe Silva. Como reconhecimento, o projeto foi vencedor na categoria “Desenho” do Prêmio Comdedine 2025, e os professores receberam uma menção honrosa pelo plano coletivo de aula.

A CULMINÂNCIA: O SAMBA DENTRO DA ESCOLA

A culminância do projeto foi um momento de grande emoção e aprendizagem coletiva. A comunidade escolar recebeu, com entusiasmo, os segmentos da Unidos de Padre Miguel: o casal de mestre-sala e porta-bandeira apresentou o pavilhão oficial da escola de samba, e a bateria, acompanhada de assistas e baianas, tomou o espaço com cadência e alegria. “As crianças ficaram encantadas. Era a ancestralidade entrando pela porta da escola, sendo reverenciada e reconhecida como parte do nosso fazer pedagógico”, relembra Viviane.

EDUCAÇÃO COM IDENTIDADE E MEMÓRIA

Além da participação direta no desenvolvimento da atividade do “Trem do Samba”, a professora Vanessa Prado, regente da EI-48, compartilhou como o projeto *Salve a nossa bandeira*, respeite o nosso pavilhão, fortaleceu o sentimento de pertencimento nas crianças. “Elas cantavam os sambas da comunidade, especialmente o da Unidos de Padre Miguel, “O boi vermelho”, que se tornou uma espécie de identidade. A partir da leitura do livro “Da Minha Janela”, de Otávio Júnior, incentivamos as crianças a observarem seu entorno e a registrarem o que viam. “As famílias enviaram fotos da infância das crianças, que viraram pequenos livros de memória compartilhada”, conta ela emocionada, lembrando também da visita pelo território que os levou à estação de Padre Miguel com destino a Deodoro, onde as crianças interagiram com os passageiros e distribuíram o Sonhocard, um cartão de passagem colorido por elas. De volta, receberam mensagens de afeto.



O professor Felipe Silva, por sua vez, destacou a potência do projeto em sua formação como educador e artista. “Eu participei em dois momentos: a aula-passeio a partir da construção do Sonhocard e a feitura de um grafite no muro do EDI.

A ocasião da visita à estação de trem foi muito significativa e marcante por fazer parte da entrega dos “sonhos” aos usuários desse meio de transporte fundamental para a população periférica e pelo compartilhamento com as famílias. Sou um grafiteiro que trabalha com a técnica do stêncil e construí a pintura do logo do enredo de 2025 como marco do projeto. Foi um dia muito feliz ao ver a escola de samba dentro das es-

colas, ver a felicidade das crianças e o cotidiano sendo acolhido pelo ensino formal”, revela.

UM PROJETO QUE TRANSFORMA

Salve a nossa bandeira, respeite o nosso pavilhão é um exemplo de como é possível transformar símbolos culturais em ferramentas pedagógicas de grande impacto. Além de saber mais sobre o samba, as crianças aprenderam a reconhecer a si mesmas, suas histórias, seus territórios e suas raízes. Um trabalho que honra a potência da educação infantil e reafirma que a escola também é lugar de memória, de identidade e, sobretudo, de pertencimento.

Espaço de Desenvolvimento Infantil Pedro Moacyr

Rua F Iapi, 102 – Padre Miguel – Rio de Janeiro/RJ

CEP: 21875-220

Telefone do EDI: (21) 3333-1158

Professora idealizadora do Projeto:
Viviane Penha Prado dos Santos

PERTENCER É O PRIMEIRO PASSO

EDUCAÇÃO INFANTIL • POR JÉSSICA ALMEIDA

Projeto pedagógico aposta no vínculo com o lugar onde se vive como ferramenta de aprendizagem e inclusão



A infância é o momento em que as primeiras conexões com o mundo começam a se formar e essas conexões passam, muitas vezes, pelo reconhecimento das próprias origens e pela descoberta do que cada criança pode ser. É com essa ideia que o projeto pedagógico *Raízes e Asas*, da Creche Municipal Geraldo Magela Gonçalves, propõe um olhar sensível e integrado sobre a Educação Infantil, valorizando a identidade, o pertencimento e o protagonismo desde os primeiros anos.

Idealizado pela pedagoga Fernanda de Almeida Prista, em parceria com a equipe escolar, o projeto toma como inspiração o personagem Chico Bento, da Turma da Mônica, figura emblemática da vida no campo e símbolo de uma infância simples, mas cheia de valor. A escolha se conecta à identidade da creche e da região onde ela está inserida, rica em belezas naturais, histórias e tradições.

O nome não foi escolhido à toa! Ele representa o equilíbrio entre conhecer e valorizar as próprias origens (raízes) e desenvolver a autonomia, os sonhos e a capacidade de transformação (asas). É com esse espírito que o projeto está sendo desenvolvido ao longo de 2025, envolvendo todas as turmas da unidade, do Berçário I ao Pré II, em experiências interdisciplinares e inclusivas, pensadas mês a mês, com planejamento colaborativo e sensível às vivências das crianças.



ENCANTAMENTO, CURIOSIDADE E RECONHECIMENTO

A primeira ação do projeto foi simbólica e afetiva: a pintura artística da creche com personagens da Turma da Mônica, realizada pelo artista Valdez Gomes da Silva. O mural, que aos poucos vai ganhando a presença de Chico Bento e de Maurício de Sousa, tornou-se um convite ao encantamento, à curiosidade e ao reconhecimento. A arte nas paredes transformou o espaço escolar em um lugar de descobertas e reconhecimento, despertando o interesse dos pequenos que, em muitos casos, ainda não conheciam o universo dos gibis.

A IMPORTÂNCIA DA ÁGUA

No mês de março, em sintonia com o Dia Mundial da Água, as turmas refletiram sobre a importância desse elemento em Passa Três, região conhecida por sua abundância hídrica e por abrigar a nascente da Água Mineral Passa Três, de grande valor simbólico para a comunidade. Roda de conversa, pesquisa oral e atividades sensoriais transformaram o simples ato de beber água em uma vivência que conectou o corpo, a história e o pertencimento ao lugar.





EDUCAÇÃO DO CAMPO COM A TURMA DA MÔNICA

Além de trabalhar com os gibis da Turma da Mônica, especialmente os de Chico Bento, o projeto ampliou o repertório literário da creche e propôs novas formas de mediação de leitura. Com ações planejadas dentro dos campos de experiências do ensino Infantil, a proposta também incorporou elementos da educação do campo, respeitando os saberes locais e valorizando o cotidiano das famílias da comunidade. Outro diferencial foi a inclusão ativa de crianças com deficiência, que participam do projeto por meio de práticas acessíveis e alinhadas ao Atendimento Educacional Especializado, respeitando a singularidade de cada aluno.

UM ESPAÇO DE MEMÓRIA E CELEBRAÇÃO

O ponto alto da primeira etapa do projeto foi a comemoração do aniversário da creche, em março de 2025, que celebrou um ano desde que a unidade passou a ser municipalizada. Na ocasião, o projeto pedagógico foi oficialmente apresentado à comunidade escolar, que participou da escolha do nome e das festividades inspiradas no universo do Chico Bento. Estiveram presentes autoridades locais, familiares e parceiros da educação, reforçando a união entre a escola e o entorno dela.

A pedagoga da instituição afirma que o projeto já demonstra impactos positivos, como um maior envolvimento das famílias, fortalecimento da identidade das crianças, ampliação do contato com a literatura e valorização da história local. Com ações que integram afetividade, linguagem, arte e natureza, o projeto promove um olhar potente sobre o papel da Educação Infantil como espaço de formação integral e cidadã.

Creche Municipal Geraldo Magela Gonçalves

Estrada de São João Marcos, 2.970 – Passa Três – Rio Claro/RJ

CEP: 27460-000

E-mail: crechegeraldomagela@sme.rioclaro.rj.gov.br

Diretora: Tarciane Vale

Fotos cedidas pela escola

QUANDO A INCLUSÃO FAZ PARTE DAS HISTÓRIAS

INCLUSÃO • POR ANTÔNIA FIGUEIREDO

Projeto de literatura promove pertencimento e um ambiente acolhedor



Foto: Jorm Sangsorn via Getty Images

Em tempos em que a aprendizagem precisa ir além dos muros da sala de aula, projetos que integram leitura, diversidade e afeto se tornam ainda mais necessários. É nesse contexto que nasce a Feira de Literatura, Inclusão e Conhecimento (Flic), uma iniciativa da Escola Municipal Professora Mariza Azevedo Catarino, que promove o encontro entre turmas regulares e classes especiais por meio da leitura, da criatividade e da troca de experiências.

Mais do que um evento pontual, a Flic se consolida como uma jornada que começou no início do ano letivo, com a realização de oficinas literárias e também um aquecimento para a grande feira prevista para novembro. A proposta integra diferentes áreas do conhecimento e tem como foco principal a valorização da leitura como ferramenta de recomposição das aprendizagens, além do fortalecimento da convivência entre os alunos de diferentes realidades educacionais.

LITERATURA COMO ELO ENTRE SABERES E AFETOS

Idealizado pela equipe de orientação pedagógica e educacional da unidade escolar, formada pelos docentes Aline Damian (Orientadora Educacional); Gisele de Oliveira Silva (Orientadora Pedagógica) e Regina Ramalho (Orientadora Educacional), o projeto aposta em livros de literatura infantil como ponto de partida para atividades lúdicas, interativas e reflexivas. Os objetivos são múltiplos e, entre eles, destaque para o estímulo pelo gosto à leitura, desen-

volvimento do vocabulário, aprimoramento da interpretação de texto, buscando sempre o incentivo à criatividade e à imaginação e o senso crítico. “Tudo isso em um ambiente que respeita as diferenças e valoriza a inclusão”, destaca Gisele de Oliveira.

As oficinas literárias contaram com a participação de todas as turmas da escola, desde os anos iniciais do Ensino Fundamental até as classes especiais e turmas da EJA (Educação de Jovens e Adultos). “Cada turma do 1º, 2º e 3º anos escolheu um livro e preparou uma experiência para compartilhar com os colegas das classes especiais, promovendo um verdadeiro intercâmbio de afetos e aprendizados”, comemora Regina Ramalho.



TRÊS DIAS DE ENCONTROS TRANSFORMADORES

Durante os dias de prática literária, realizada no segundo trimestre, as salas de aula se transformaram em verdadeiros espaços de encantamento literário. “As turmas da manhã e da tarde acolheram os colegas das classes especiais para atividades que iam muito além da leitura demonstrando o quanto um ambiente inclusivo pode entregar muito mais que integração, mas, sobretudo, aprendizagem com equidade”, destaca Aline Damian.

E no período da manhã as turmas se dividiram da seguinte maneira para o aquecimento literário: A 11A recebeu as turmas 01, 02 e EJA 13 com a história “Era uma vez um gato xadrez”, de Bia Villela. Após a contação, os alunos fizeram dobraduras e personalizaram seus próprios gatinhos. Já a 21A acolheu as classes 03, 08 e EJA 14, com a leitura de “O tupi que você fala”, de Claudio Fragata. A atividade incluiu a brincadeira “Na boca do Tupi”, com palavras de origem indígena e degustação de pipoca e guaraná.





Enquanto isso, bem pertinho dali a turma 31A apresentava “O menino que não gostava de ir à escola”, de Blandina Franco, com contação interativa, jogo de percurso e produção de xilogravuras e quebra-cabeças. As professoras Erica Barros, Ana Maria Dias e Lilian Moraes também destacaram o valor do encontro entre suas turmas: “Foi uma experiência enriquecedora e inclusiva. As crianças aprenderam umas com as outras em um ambiente acolhedor, onde a aprendizagem aconteceu de forma natural e prazerosa”.

Na parte da tarde, o movimento literário realizado entre os alunos continuou a transitar pelas salas e a envolver a comunidade escolar. Trabalhando com as classes 04 e 05 a história “João e o pé de feijão”, em releitura de Bia Vilela, com jogos de formas geométricas no estilo Twister, a turma 11B proporcionou momentos de aprendizado lúdico e inclusão, despertando o interesse e a participação de todos. Na mesma direção seguiu a 21B, que recebeu as classes 06, 07 e 17 com o livro “O Monstro das Cores”, de Anna Llenas. Através da obra “Bem lá no alto”, de Susane Straber, a turma 31B interagiu com as classes 10, 12 e EJA, com direito a encenação, roda de conversa e um momento doce com minibolos preparados e decorados pelos próprios alunos.

APRENDIZADOS QUE VÃO ALÉM DO CONTEÚDO

Segundo a professora Isabela Ribeiro, o momento foi de alegria e descoberta: “A leitura ao ar livre, com pipoca e guaraná, deixou tudo mais especial. Foi leve, envolvente e mostrou o quanto a literatura aproxima e ensina”. O impacto do projeto foi evidente, conforme comemorou a equipe de Orientação Pedagógica e Educacional, detalhando que houve melhora na expressão oral e escrita dos estudantes, fortalecimento do vínculo entre as turmas, desenvolvimento da criatividade e valorização da escuta, da empatia e da diversidade. “Foi muito divertido ler para os grandes”, contou Anthony, da Turma 21A, descrevendo sua experiência ao apresentar a história para os colegas da EJA. Já Giovanna, da mesma turma, celebrou: “A gente deu aula!”, evidenciando o protagonismo que as crianças sentiram ao liderar a atividade.

E, por unanimidade, professores, alunos, direção e familiares perceberam que a literatura, nesse contexto, se mostra mais uma vez como uma ponte poderosa entre mundos, saberes e pessoas.

Escola Municipal Professora Mariza Azevedo Catarino

Avenida Mendes de Oliveira, s/nº – Grande Rio – São João de Meriti/RJ

CEP: 25540-030

E-mail: e.m.especial.mariza@gmail.com

Diretoras: Fernanda Pereira (Geral) e Magda Fernandes (Adjunta)

Orientadoras: Aline Damian, Gisele de Oliveira Silva e Regina Ramalho

Fotos cedidas pela escola

PAZ SE APRENDE?

INTERDISCIPLINARIDADE • POR JÉSSICA ALMEIDA

Projeto interdisciplinar mobiliza alunos para discutir temas urgentes e construir um ambiente escolar mais acolhedor



Promover a paz dentro e fora da escola. Essa foi a missão que norteou o projeto interdisciplinar *Paz, como se faz? Semeadando a cultura de paz na escola*, realizado no Colégio Estadual Padre Anchieta, em Duque de Caxias, durante o segundo bimestre de 2024. Inspirado no livro homônimo de Lia Diskin e Laura Gorresio Roizman, o projeto envolveu todas as mais de vinte turmas do 6º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio. A culminância contou com apresentações que emocionaram e inspiraram toda a comunidade escolar.

Idealizado pela equipe pedagógica em conjunto com os professores-orientadores, o projeto teve como ponto de partida os seis pilares do Manifesto 2000 por uma Cultura de Paz e Não-Violência: respeitar a vida, rejeitar a violência, ser generoso, ouvir para compreender, preservar o planeta e redescobrir a solidariedade. A proposta foi simples, mas poderosa: estimular o pensamento crítico e o protagonismo dos alunos a partir de temas que dialogam diretamente com os desafios da sociedade contemporânea.

O diretor-geral Renan Oliveira conta que o objetivo do projeto foi ampliar o olhar dos estudantes para as questões humanas que atravessam o cotidiano dentro e fora da escola. “Queríamos que eles se sentissem pertencentes à construção de um ambiente de respeito e escuta. Fiquei comovido com o resultado. Cada turma trouxe uma mensagem diferente, mas todas reforçando a urgência de cultivar a paz”, garante.

UM PROJETO, MUITAS VOZES

As atividades começaram com escuta da comunidade escolar para definir o tema principal e os seus desdobramentos. A partir disso, cada turma escolheu um subtema e foi orientada por um professor de referência. Entre os assuntos abordados, destacaram-se racismo, *bullying*, violência doméstica, saúde mental, intolerância religiosa, *fake news* e até questões mais recentes, como a tragédia ambiental no Rio Grande do Sul.





A culminância foi marcada por apresentações diversificadas: jograis, peças teatrais, vídeos, exposições, música, rodas de conversa, jogos interativos e entrevistas com membros da comunidade. Tudo produzido e protagonizado pelos próprios estudantes, que também se encarregaram de ornamentar os espaços com cartazes, maquetes e objetos simbólicos, como origamis e árvores da paz.

Para o aluno Leonardo Cabral, da turma 1.001, o projeto deixou marcas profundas. “Mostramos o *bullying*, mas também abordamos que a paz é possível com respeito e empatia. O projeto nos fez refletir sobre nossas atitudes no dia a dia”. Já Adriel dos Santos, do 7º ano, destacou a força de uma simples frase dita por seus colegas: “Quando ouvi ‘Queremos paz nas escolas’, fiquei pensando muito. Foi uma fala que me tocou de verdade”, relata.

EDUCAÇÃO ALÉM DO CONTEÚDO

Mais do que promover integração entre as disciplinas, o projeto despertou habilidades socioemocionais e valores essenciais para a convivência. A proposta envolveu ainda os responsáveis dos alunos, com destaque para a palestra de abertura sobre Comunicação Não-Violenta em parceria com o Sesc Duque de Caxias. A professora Solange Leiros, de Língua Portuguesa, destacou a importância do processo. “Nossos alunos entenderam que viver em paz começa com atitudes simples, como ouvir, respeitar, se colocar no lugar do outro”, afirma.

Um dos destaques do projeto foi a diversidade de formas de expressão. Desde a turma 2.001, que apresentou uma peça com alunos surdos sobre violência doméstica, até os estudantes que encenaram telejornais e paródias, todos trouxeram mensagens relevantes com criatividade, sensibilidade e engajamento.

C. E. Padre Anchieta

Avenida 31 de março, s/nº – Parque Paulista – Duque de Caxias/RJ

CEP: 25261-000

Tel.: (21) 3666-1278

E-mail: renanc@prof.educacao.rj.gov.br

Fotos cedidas pela escola

FILMES E SÉRIES COMO ESTRATÉGIA EDUCATIVA

CONEXÃO EDUCAR • *POR JÉSSICA ALMEIDA*



A editoria Conexão Educar desse mês traz dicas de filme, série, animação e livro que vão transformar o conteúdo em sala de aula

Filmes, séries e animações podem transformar a sala de aula em um espaço mais atrativo, inclusivo e significativo. Na nova editoria Conexão Educar, da [Revista Appai Educar](#), você encontra indicações de conteúdos audiovisuais e digitais que ampliam o olhar dos estudantes e fortalecem o aprendizado. Essas obras não apenas ajudam a compreender temas escolares, como também despertam empatia, promovem a diversidade e conectam os alunos a diferentes realidades e culturas. Inspire-se com as sugestões deste mês!

Imagem de divulgação oficial via TMDb.



Coraline e o Mundo Secreto (animação):

uma garota aventureira descobre um outro mundo que é uma versão idealizada estranhamente de sua casa frustrante, mas tem segredos sinistros. Baseado no livro de Neil Gaiman, a obra explora temas como coragem, o poder da imaginação e a dualidade entre o real e o fantástico. O conteúdo pode ser trabalhado em literatura.

Imagem de divulgação oficial via TMDB.



Cobra Kai (série): nesta aclamada série, que é continuação dos filmes Karatê Kid, Daniel e Johnny retomam a rivalidade dos tempos de escola. A série apresenta desafios adolescentes em um formato contemporâneo, mas mantém valores clássicos de perseverança e trabalho duro. Aborda temas como conflitos geracionais, valores éticos, disciplina e trabalho em equipe. O conteúdo pode ser abordado em educação física, sociologia e ética.

Imagem de divulgação oficial via TMDB.



O Jogo da Imitação (filme): conta a história de Alan Turing, o gênio matemático que ajudou a decifrar os códigos usados pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial e foi fundamental para o desenvolvimento dos computadores. Trata de temas como lógica e criptografia. O conteúdo pode ser trabalhado em matemática.

Imagem de divulgação oficial via TMDB.



Anne with an E (série): na década de 1890, uma menina órfã de 13 anos é enviada por engano para viver com os irmãos mais velhos na Ilha do Príncipe Eduardo. A série é baseada no livro Anne de Green Gables, possibilitando também o interesse pela literatura. Aborda assuntos como *bullying*, amizade, diversidade e preconceito. O conteúdo pode ser trabalhado em língua portuguesa, história e sociologia.



Capa do livro *As aventuras de Gambiarra* (imagem de divulgação). Direitos autorais da editora Ciranda Cultural. Fonte: Google Livros.

As Aventuras de Gambiarra (livro): com uma narrativa leve e envolvente, o livro aborda valores essenciais como sustentabilidade, criatividade e trabalho em equipe. A obra é assinada por Débora Garófalo, finalista do Global Teacher Prize e criadora do premiado projeto Robótica com sucata. Nas redes sociais (@garofalodebora), Débora compartilha práticas pedagógicas inovadoras, com foco em metodologias ativas e robótica aplicada à educação.

CURTIU, PROFESSOR?

Se você tem alguma dica que adoraria ver aqui, não deixe de enviar para a gente pelo e-mail redacao@appai.org.br. Vamos adorar compartilhar as suas sugestões!

Fontes: Consultoria de Paulo Rogerio Rodrigues de Souza (Escola Bilíngue Aubrick), Juliana Nico (Escola Internacional de Alphaville) e Aline Souza (Brazilian International School).

CIRCUITO LONGEVIDADE APPAI

SAÚDE E BEM-ESTAR • *POR ANTÔNIA FIGUEIREDO*

Paixão que transforma, histórias que inspiram



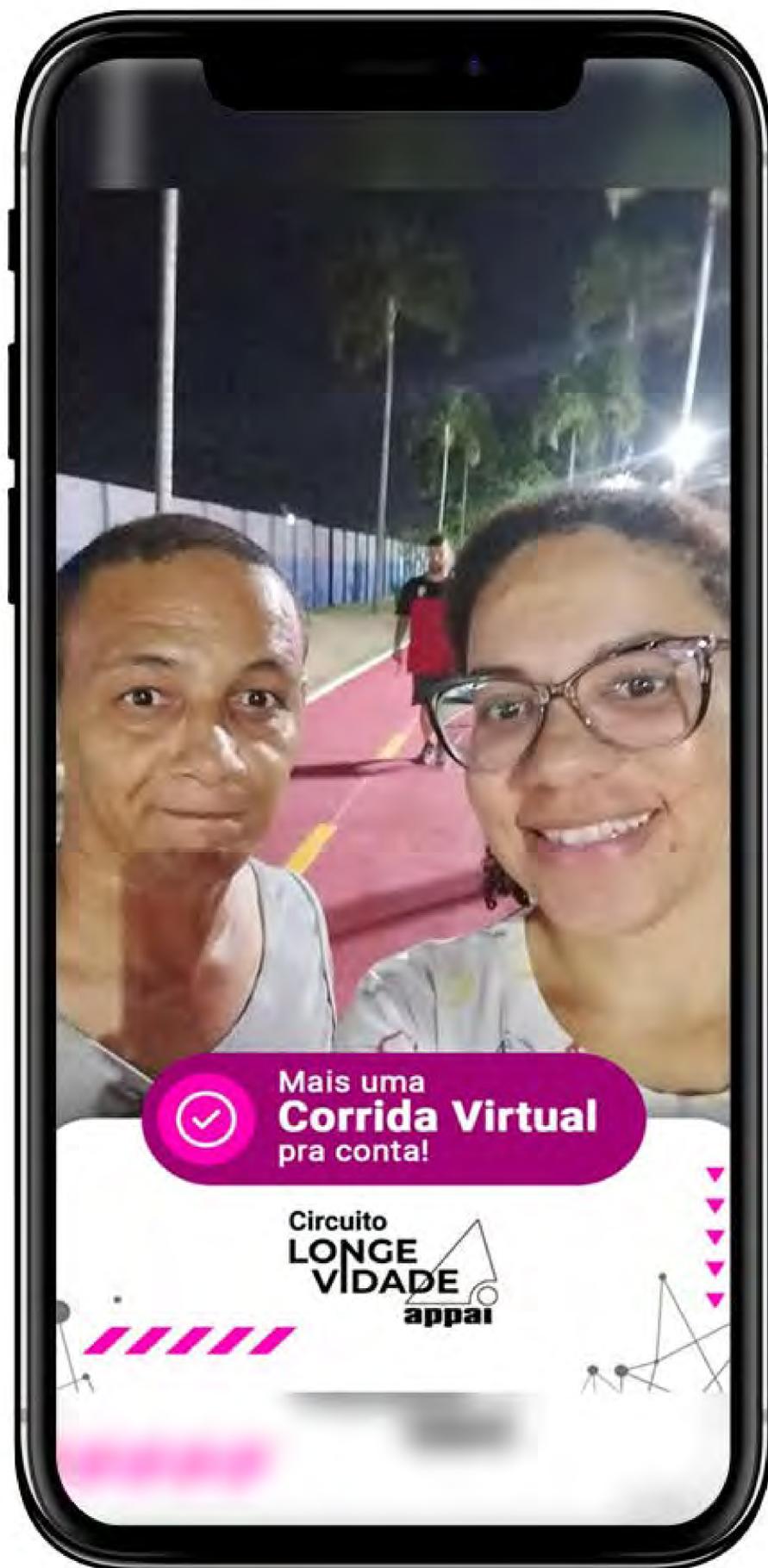
Quem disse que é preciso de uma largada oficial, multidão ou cronômetro para viver a emoção de uma corrida? Na Corrida Virtual Longevidade Appai, o que vale é a liberdade de ir ao seu tempo, no seu ritmo, no lugar que você ama e com quem você quiser por perto. O que começou como uma alternativa simples ganhou força, afeto e protagonismo. Hoje, essa modalidade é uma paixão coletiva e transformadora, tão grandiosa que evoluiu para o Circuito Longevidade Appai, conectando bem-estar, saúde e alegria em um movimento que já virou estilo de vida.

Cada participante é uma inspiração viva, cada passo carrega uma história. E são essas vozes, esses corações em movimento, que contam melhor do que ninguém o que significa correr apenas por correr e, ainda assim, chegar muito mais longe.

“QUANDO TUDO PARECIA ESTAR EM RUÍNAS... EU CORRI”

Israel dos Reis, associado Appai, sabe bem o que significa transformar o caos em paz, o limite em força. “Não sou competitivo, não gosto de apostar, então a corrida virtual foi pensada em mim. E eu agradeço a todos os envolvidos e à Appai por essa oportunidade”, destaca. Para ele, não é sobre pódios, é sobre reencontro consigo mesmo. “Em uma noite em que minha vida parecia estar em ruínas, saí para correr. Corri até sentir uma paz que eu não conhecia. Voltei para casa outro homem”.

Hoje, o trecho de 1,5 km da ciclovia de Mesquita virou seu refúgio. “Melhorou minha disposição, minha respiração... quando corro me sinto animado, revigorado. Em paz”. E, para quem quer começar, Israel é direto. “Tênis velho, rua irregular... apenas comece. Um passo após o outro”.



“MINHA IRMÃ CORRE COMIGO. MEU HUMOR MUDOU. MINHA VIDA GANHOU COR”

Se correr transforma, Márcia dos Santos Costa é um exemplo vivo disso. “Antes da corrida, eu estava com uma depressão profunda. Tudo era preto e branco. Graças à Appai e suas programações, tudo se transformou!”. Com entusiasmo contagiante, ela conta como os novos hábitos modificaram sua autoestima e sua relação com a família. “Minha irmã viu minhas mudanças físicas e mentais e começou a correr comigo. Meu cunhado, meus sobrinhos, todo mundo foi entrando no ritmo. Cada um no seu tempo”. E não é só saúde física. “Quando alguém diz que estou mais bonita, com o corpo melhor, é legal. Mas o mais importante é quando vou ao médico e digo: ‘Não fumo, não bebo. Corro. Faço academia, pilates’. E a vida segue... feliz!”



O lugar preferido dela é no conjunto habitacional onde mora a irmã, em Campo Grande. Um espaço arborizado, com estrutura que virou ponto de encontro e bem-estar. “Ali eu corro, uso a academia, vivo novas experiências”. E sobre correr sem pressa, ela resume com bom humor e verdade: “A corrida virtual abre um leque de oportunidades. Lugares onde agora eu tenho até uma ‘desculpa’ pra ir, como, por exemplo, no Engenhão. Corro e aproveito o resto também. Bom demais!”



“MEU LUGAR FAVORITO É A LAGOA. MAS O MELHOR BENEFÍCIO É PARA A MENTE”

Anderson Assis leva a corrida com leveza e gratidão. “O bem-estar que o esporte me proporciona é o que me motiva”. Nos fins de semana, ele corre na Lagoa Rodrigo de Freitas, um dos mais lindos cartões-postais do Rio. Durante a semana, treina no santuário Alvinegro, o Engenhão. “No condicionamento físico, na força muscular... sim, melhora. Mas o principal benefício é para a mente”.

E quando perguntado sobre a liberdade da corrida virtual, ele mostra brilho nos olhos. “Você conclui no seu tempo, no lugar e no horário que quiser. Isso é maravilhoso!”. Para quem está começando, o conselho do associado Anderson é simples e inspirador. “Entre nesse mundo maravilhoso que é a corrida”.

“MINHA MÃE ME DEIXA PRA TRÁS NAS CORRIDAS DA APPAI!”

Luciana dos Santos não corre sozinha. Corre com a mãe, que aos 74 anos deixou o sedentarismo para trás e hoje cobra a filha para não perder as inscrições, acreditem! “Ela está mais feliz, confiante e com a autoestima renovada. Tem dias que ela me deixa pra trás!”. A corrida virou um elo entre gerações. “A Appai oferece distâncias diferentes, respeitando cada ritmo. É muito mais que saúde física e mental... é saúde emocional”.

E ela convida: “Dê o primeiro passo. Nas corridas da Appai, todos nós somos vencedores. Sempre chegamos em primeiro lugar no nosso pódio interno”.



“SOU DIABÉTICO. E A CORRIDA VIROU MEU REMÉDIO”

Valmir Miranda conta que encontrou na corrida um caminho para recompor a sua saúde. Diabético insulino-dependente, viu os níveis de glicose se estabilizarem com o novo hábito. “Melhorei o condicionamento, a estética e, principalmente, a saúde”. Ele ama correr perto da praia ou em locais turísticos. “Geralmente vou para a Região dos Lagos. Aproveito e conto a história do lugar enquanto corro”.

Na primeira corrida, ele sentiu algo especial. “Na metade do percurso, veio uma sensação de júbilo. Eu sabia que conseguiria. Foi emocionante”. E sobre *performance*? Valmir é claro. “Nunca foi sobre velocidade. É sobre superação. É sobre coragem”.



“NUNCA PENSEI EM CORRER. AGORA, FAÇO ATÉ PIQUENIQUE DEPOIS!”

Erika Tavares descobriu um novo mundo na corrida virtual. “Fui numa corrida da Mulher Maravilha em agosto e nunca mais parei”. Hoje, o prazer vai além da corrida. “Fazemos piquenique no final, nos animamos, torcemos uns pelos outros. As amigas me motivam. Quando estou desanimada, eles me puxam”.

Para ela, o Aterro do Flamengo é o melhor lugar. “Espaçoso, de fácil acesso, paisagem linda... e bom transporte para quem mora longe”. E entrega que teve até perrengue divertido. “Um dia, o modo econômico do celular estava ativado. Caminhamos o dobro sem entender! Depois rimos muito”. A corrida não só transformou a alimentação e a saúde mental da Erika, como também mudou a forma como ela enxerga a vida.

“Se o bichinho da corrida te pegar, você nunca mais para”.



TODOS SÃO PROTAGONISTAS, TODOS TÊM UM LUGAR E UM RITMO

No Circuito Longevidade Appai, cada corredor é um universo em constante movimento. Um ponto de partida que, mesmo sem linha de chegada, leva a um lugar melhor, dentro e fora de si. Pode ser na ciclovia de Mesquita, no calçadão da praia, na Lagoa, no Aterro, no Engenhão, no entorno de casa, no condomínio da irmã ou até na pracinha do bairro. O lugar é só o cenário, porque o que realmente importa é o que cada um leva no peito. O desejo de se superar, de cuidar da própria saúde, de reencontrar a alegria no simples ato de seguir em frente.

Cada passo é uma escolha. Cada etapa é um recomeço. E não importa onde, quando ou com quem, o importante é se mover. Porque, no fim das contas, é sobre viver com mais leveza, mais cor, mais bem-estar e verdade. E fazer da corrida uma celebração da vida, do seu jeito.

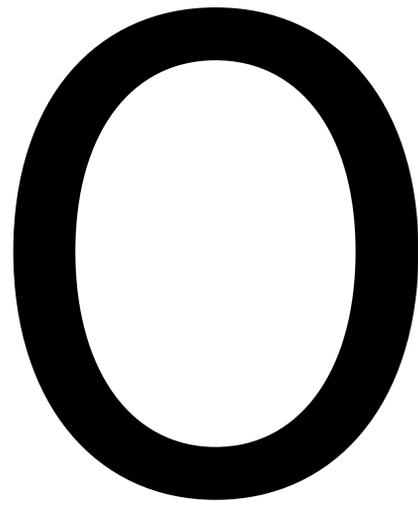
E se você ainda não deu o primeiro passo... Que tal calçar o tênis e encontrar o seu caminho? Pois, quando a gente se movimenta, o mundo inteiro vem junto!



ENTRE TAPAS E BEIJOS

COLUNA SOCIOAMBIENTAL • POR LUIZ ANDRÉ FERREIRA*

Araras-canindé voltam ao céu carioca após 200 anos



bom filho a casa retorna. Depois de mais de 200 anos ausentes da paisagem carioca, as araras-canindé voltaram a voar na maior floresta urbana

do mundo. Quatro exemplares da espécie, resgatadas do tráfico e de cativeiros ilegais, estão sendo reintroduzidas no Parque Nacional da Tijuca, no Rio de Janeiro. As aves são monitoradas para acompanhamento dos processos de adaptação à liberdade. Elas fazem parte de um projeto de repovoamento conduzido pela ONG Refauna, com apoio do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

O retorno das araras só foi possível graças ao trabalho realizado pelo Refúgio das Aves, unidade de reabilitação de animais silvestres localizada no Parque Três Pescadores, em Aparecida (SP), anexo ao complexo do Santuário Nacional da Padroeira do Brasil. O local as acolheu e preparou para o retorno à natureza, sob cuidados técnicos de biólogos e veterinários especializados.



*Luiz André Ferreira é jornalista, professor, apresentador de eventos Appai e Mestre em Projetos Socioambientais e Bens Culturais.

Entre tapas e beijos elas ainda estão aqui

Entre os novos moradores da floresta estão o macho Selton e a fêmea Fernanda – nomes inspirados nos atores Selton Mello e Fernanda Torres, protagonistas do filme “Ainda Estou Aqui”. As outras duas fêmeas, Fátima e Sueli, remetem à série “Tapas e Beijos”. Juntas, as quatro araras-canindé (*Ara Ararauna*) passaram por um longo processo de triagem, tratamento e avaliação comportamental antes de serem consideradas aptas para a soltura.

Aclimação e papel ecológico

As araras seguem em aclimação em viveiro instalado no parque. A soltura definitiva ocorrerá até o final deste ano. O último registro da espécie em vida livre na capital fluminense data de 1818.

Professor, quer ver seu projeto pedagógico publicado na Revista Appai Educar?

Envie um *e-mail* para redacao@appai.org.br e nos conte sua metodologia. Estamos ansiosos pelo seu material!

Clique aqui e envie

